

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ULISSES VENÂNCIO DOS SANTOS



CARREIRA POLÍTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SENADORES NO
BRASIL IMPERIAL

CURITIBA

2017

ULISSES VENÂNCIO DOS SANTOS

CARREIRA POLÍTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SENADORES NO BRASIL
IMPERIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política, setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Renato Perissinotto

CURITIBA

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO (A) AUTOR(A)
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
Bibliotecário: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB-9/ 816

Santos, Ulisses Venâncio dos.

Carreira política e profissionalização dos senadores no Brasil Imperial. /
Ulisses Venâncio dos Santos. – Curitiba, 2017.

74 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Renato Perissinotto.

1. Ciência política - Brasil. 2. Senadores - Brasil. 3. Brasil – História -
Império – 1822-1889. I. Perissinotto, Renato M., 1964-, (Renato Monseff)
(Orient.). II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 320.891

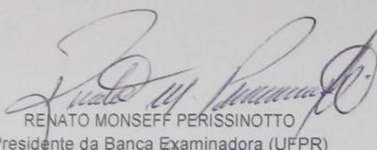


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA
Código CAPES: 40001016061P2

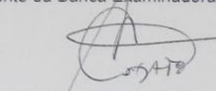
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ULISSES VENÂNCIO DOS SANTOS**, intitulada: "**Carreira Política e Profissionalização dos Senadores no Brasil Imperial**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

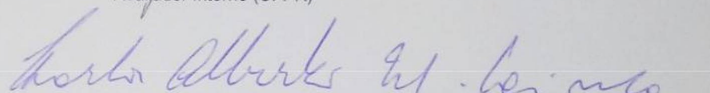
Curitiba, 01 de Setembro de 2017.



RENATO MONSEFF PERISSINOTTO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



ADRIANO NERVO CODATO
Avaliador Interno (UFPR)



CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA
Avaliador Externo (UFPR/PPGHIS)

RESUMO

Esta dissertação analisa a carreira política dos senadores no Brasil Imperial. A experiência em cargos políticos cada vez mais vem sendo apontada como variável importante para explicar o recrutamento político, sendo um forte indicativo de profissionalização política. A análise estatística descritiva dos dados revelou um padrão de carreiras longas, com muitos cargos, heterogêneas em termos de níveis de poder, e que se intensifica ao longo do período. Isso denota que a grande maioria dos senadores possuía grande experiência em cargos políticos, o que interpretamos como indício da existência de profissionalização política, tanto dos indivíduos, quanto da casa senatorial. O tema remete a questões importantes para a historiografia do período discutidas ao longo do trabalho. O resultado da pesquisa nos obriga a relativizar a hipótese de que o critério decisivo para o recrutamento era pertencer ao séquito do Imperador.

Palavras-Chave: Brasil Imperial; Senadores brasileiros; Profissionalização Política; Recrutamento.

ABSTRACT

This dissertation analyses the political career of the senators during Brazil's imperial period. The experience in political positions has been increasingly highlighted as an important explaining variable of political recruitment and also constitutes a strong indicative of political professionalization. The statistical descriptive analysis of the data revealed a pattern of lasting and multi-position careers. The data analysis also showed that the senators' careers were heterogeneous in terms of power levels and the power was steadily intensified over time. The research findings denote that the great majority of the senators were largely experienced in political positions, what we interpret as evidence of existence of political professionalization, both of individuals and of the senatorial house. The subject refers to relevant issues for the historiography of that period, which are addressed during this work. The research results compel us to relativize the hypothesis introduced from the hegemonic historiography theses: the recruitment decisive criterion to the Senate was to belong to the Emperor's retinue.

Key-words: Imperial Brazil, Brazilian Senators, Political Professionalization, Recruitment.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	TEMPO MÉDIO DE CARREIRA PRÉVIA AO SENADO POR	4
–	GERAÇÃO DE	4
	INGRESSO	4
TABELA 2	NÚMERO MÉDIO DE CARGOS PRÉVIOS AO SENADO POR	4
–	GERAÇÃO DE	4
	INGRESSO	4
TABELA 3	NÍVEL DE EXPERIÊNCIA NAS ESFERAS DE PODER ANTES DO	4
–	SENADO POR GERAÇÃO DE	4
	INGRESSO	5
TABELA 4	NATUREZA DA CARREIRA PRÉVIA DO SENADO	4
–	POR GERAÇÃO DE	4
	INGRESSO	9
TABELA 5	PRIMEIRO CARGO OCUPADO NA CARREIRA DOS	5
–	SENADORES POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO	5
	SENADO	1
TABELA 6	QUANTIDADE DE CARGOS DE NOMEAÇÃO ANTES DO	5
	–PRIMEIRO CARGO ELETIVO DA CARREIRA DOS	5
	SENADORES POR GERAÇÃO DE	5
	INGRESSO	2
TABELA 7	CARGO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO SENADO POR	5
–	GERAÇÃO DE	5
	INGRESSO	3
TABELA 8	SENADORES QUE FORAM ANTES DEPUTADO GERAL POR	5
–	GERAÇÃO DE INGRESSO AO	5
	SENADO	4
TABELA 9	SENADORES QUE FORAM ANTES PRESIDENTE DE	5
–	PROVÍNCIA POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO	5
	SENADO	5
TABELA 10	–SENADORES QUE FORAM ANTES MINISTROS	56
	POR GERAÇÃO DE INGRESSO	56
TABELA 11	–SENADORES QUE FORAM CONSELHEIROS DE ESTADO POR	57
	GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO	57
TABELA 12	–FAIXA ETÁRIA DOS SENADORES POR GERAÇÃO DE	58
	INGRESSO	58
TABELA 13	–TEMPO QUE OCUPOU O CARGO DE SENADOR POR GERAÇÃO	59
	DE INGRESSO	59
TABELA 14	–OCUPAÇÃO DE ORIGEM POR GERAÇÃO DE INGRESSO	60
	AO SENADO	60
TABELA 15	–SENADORES QUE EXERCIAM OCUPAÇÕES SIMULTÂNEAS	62
	POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO	62

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TIPO DE CARREIRA PRÉVIA AO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO.....	48
---	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – CARGOS ENCONTRADOS CONSIDERADOS NA CARREIRA PRÉVIA DOS SENADORES	72
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	AS ELITES POLÍTICAS NO BRASIL IMPERIAL.....	18
2.1	AS OPORTUNIDADES DE CARGOS POLÍTICOS NO	
2.2	O CARGO DE SENADOR NO BRASIL IMPÉRIO E A LEGISLAÇÃO ELEITORAL	
	PARA A ESCOLHA DOS SENADORES.....	26
3	RECRUTAMENTO, CARREIRA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA:	
	ESPECÍFICIDADES DO SENADO NO BRASIL IMPERIAL.....	30
3.1	ÇARREIRA POLÍTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO	
4	METODOLOGIA.....	38
5	A CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES NO BRASIL IMPÉRIO.....	43
5.1	A EXTENSÃO DA CARREIRA.....	43
5.2	A EXPERIÊNCIA NOS DIFERENTES NÍVEIS DE	
5.3	A NATUREZA DA CARREIRA PRÉVIA AO	
5.4	A TRAJETÓRIA DA CARREIRA	
5.5	A CIRCULAÇÃO INTRAEELITE.....	53
5.6	PERMANÊNCIA NO CARGO.....	58
5.7	AS OCUPAÇÕES DOS SENADORES ANTES DA CARREIRA	
5.8	OS CASOS DE SENADORES SEM CARREIRA PRÉVIA.....	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	70
	ANEXOS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A partir do método prosopográfico, definido por Stone (2011) como a investigação das características comuns dos membros de um grupo - geralmente de elites - a proposta da presente dissertação é analisar a carreira dos políticos que foram senadores durante o Brasil Império¹, com vistas à discussão do tema da profissionalização política. Conceito que aqui é tomado, basicamente, como a ambição individual em permanecer no campo político.

O universo são 236 indivíduos que foram nomeados ao Senado da 1ª legislatura (1826-1829) até a 20ª (1886-1889). A pesquisa se inspira no recente interesse da Ciência Política em abordar empiricamente conceitos importantes da disciplina em períodos mais afastados (NEIVA E IZUMI, 2014; MASSIMO E COSTA, 2014; RICCI E ZULLINI, 2017, PERISSINOTTO, MASSIMO E COSTA, 2017).

Este estudo poder colaborar, não apenas ao conhecimento da evolução histórica desta instituição, mas de aspectos gerais da política brasileira. É fundamental frisar que não se trata, porém, de um trabalho de História. O objetivo da análise deste período histórico é fazer um teste rigoroso de uma hipótese específica da Ciência Política – a da profissionalização política.

Sendo inclusive, relevante para o conhecimento da composição da elite imperial como um todo, já que o Senado era uma das instituições mais importantes deste regime, política e simbolicamente, que reunia as principais elites sociais (MARTINS, 2006; DOLHNIKOFF, 2011; CARVALHO, 2007). Além do que, de um modo indireto, pode colaborar com as discussões acerca da autonomia do legislativo frente ao poder do imperador (DOLHNIKOFF, 2005, 2011; GRAHAM, 1997; SCHWARCZ, 2001; CARVALHO, 2007; MARTINS, 2006; VARGAS, 2011; FARIA, 2013).

Estudos de recrutamento de elites políticas contemporâneas atestam que a larga experiência em cargos políticos tem sido cada vez mais a principal característica tanto daqueles que vencem eleições legislativas, quanto dos candidatos derrotados (RODRIGUES, 2002, 2006; COSTA E CODATO, 2012; MASSIMO E COSTA, 2014). O que vem sendo cada vez mais relacionado ao fenômeno da profissionalização política, tanto dos indivíduos, quanto das casas legislativas (MASSIMO E COSTA, 2014; COSTA E CODATO, 2012; PERISSINOTO E VEIGA, 2012; OLIVEIRA, 2009; BLACK, 1970).

¹Período que vai de 1826, quando é inaugurado o Senado no Brasil (quatro anos após a independência) até 1889, com o advento da República.

O único trabalho que se foca exclusivamente no Senado imperial é Leite (1978), que retrata um recrutamento pautado majoritariamente por critérios pessoais. Esta interpretação se baseia no fato de que as eleições se davam em dois graus, onde votantes escolhiam eleitores, que em seu turno, elegiam entre os candidatos, três indivíduos, dentre os quais o Imperador escolhia um. O que de certa forma, dá margem ao entendimento de que a escolha era feita pelo Imperador seguindo apenas seus interesses, no sentido de beneficiar a Coroa.

Ao mesmo tempo, de modo controverso, a autora menciona a experiência em cargos políticos como uma das prerrogativas mais importantes para o acesso ao Senado. Outros autores vão nesta mesma direção, não obstante, nenhum se focou seriamente nesta afirmação e, menos ainda, buscou comprová-la empiricamente (FAORO, 1958; CARVALHO, 2007; LEITE, 1978; NEIVA e IZUMI, 2014).

Tratando da seleção para cargos políticos no centro do Império, de um lado, Schwarcz (2001) enxergou o predomínio da Coroa sobre outros poderes de forma autocrática. Por outro lado, Graham (1997) procurou demonstrar que seja em nomeações para cargos, e mesmo nas indicações de candidatos vencedores de cargos eletivos em nível nacional, havia sempre as mãos de grandes fazendeiros (classe dominante economicamente) dispersos pelos mais longínquos pontos do país. Ambas as análises diminuem a importância das eleições e de critérios internos ao campo político no processo de seleção destes políticos.

Não se trata de responder diretamente quais dos atores envolvidos nos diferentes pontos do processo de escolha eram os mais importantes para a decisão: eleitores, proprietários rurais, Imperador, etc. O debate aqui se concentra no seguinte ponto: a leitura dos autores acima citados causa a impressão de que a notabilidade social, que propiciava contatos com quem escolhia de fato os ocupantes de uma cadeira senatorial (independentemente da interpretação, se aristocratas ou o imperador) era fator determinante no recrutamento de senadores no Brasil Império.

Observe-se, que de nenhum modo, deixa-se de considerar que ser um *notável* era condição *sine qua non* para ser um senador imperial. Mas a ponderação a ser feita, é que talvez, a ordem dos fatores esteja invertida, e o correto seria pensar que esta é uma condição necessária, mas não suficiente. Em outras palavras, dentre os políticos que compunham o séquito imperial, eram escolhidos aqueles com maior experiência política. Paralelamente, podemos perceber a partir de Martins (2006)², o fato de que a maioria dos políticos que tinha relações pessoais com o Imperador não chegou ao Senado.

²Quando Martins (2006) estuda o Conselho de Estado, aborda de modo muito profícuo, os ambientes de socialização das elites políticas. Concluindo a este respeito, que as relações familiares, a convivência em

Para a presente análise, deve-se entender que uma alta incidência de carreiras prévias com pouca experiência demonstra um recrutamento mais relacionado com a tradição. Neste caso, o fator decisivo seria ou as relações de cunho pessoal do recrutado com o séquito imperial, ou com algum setor da aristocracia rural que o pudesse indicar - como sugerem as abordagens históricas hegemônicas. Ou seja, um critério externo à política.

Neste caso, entende-se que o sistema político não possui autonomia alguma, sendo determinado totalmente por relações que se dão em outros âmbitos sociais (relações familiares, econômicas, pessoais com o Imperador, etc.), deste modo, é um tipo de ambiente político extremamente *personalista e patrimonialista*. Por outro lado, um padrão de carreiras profissionalizadas, entendida em termos de grande experiência em cargos políticos, demonstra um recrutamento pautado também na valorização deste atributo. Neste tipo de cenário, entende-se que há um nível considerável de institucionalização e autonomia da política frente a outras esferas da vida social. Significa também que o cargo era pouco acessível a políticos “aventureiros” novatos, ou ocasionais.

Este tipo de recrutamento, evidentemente, não exclui que estas pessoas não pertençam de alguma forma ao séquito do imperador. Inclusive, é sabido que entre os senadores esta era uma condição comum. Lembremo-nos, que os títulos nobiliárquicos, levantado pela literatura para demonstrar a proximidade da elite parlamentar com a nobreza, Leite (1978), na monarquia brasileira, nem mesmo eram hereditários. O que não descarta sua importância como fator de distinção do *status* social, mas, nos induz a desconfiar de que era um capital que por si podia ser convertido em capital político, menos para se alcançar o posto de senador, considerado um cargo culminante da carreira política da época pela maior parte da literatura (FAORO, 1958; NEIVA e IZUMI, 2014; MASSIMO e COSTA 2014).

Inclusive, Neiva e Izumi (2014) mostram que os títulos nobiliárquicos foram na maioria das vezes cedidos a senadores quando estes já ocupavam o cargo. Neste sentido, é mais plausível pensar que era consequência de uma carreira política bem-sucedida, sendo o cargo de senador uma de suas principais expressões.

Geralmente, variáveis que compõem o perfil social dos indivíduos são importantes em prosopografias. Mas no caso do Império, não só para o caso dos senadores, mas de toda a classe política, o perfil tinha um padrão bem definido (CARVALHO, 2007; DOLHNIKOFF, 2011; MARTINS, 2006; LEITE, 1978). É desnecessário se ater demasiado na questão do sexo

instituições formais e informais, como nos salões da moda, nos grandes eventos, nas escolas, na administração pública, nas diretorias de empresas públicas e privadas, nas Faculdades de Direito de Olinda, São Paulo ou Coimbra lhes conferia uma identidade intelectual e cultural única.

e da cor da pele, já que eram todos homens e brancos. No que se refere à formação educacional, a maior parte era dotada de carreira universitária, diferentemente do resto da população. (CARVALHO, 2007; LEITE, 1978; DOLHNIKOFF, 2011; MARTINS, 2006; GRAHAM, 1997). Não é que não existem outras variáveis que possam detalhar melhor o perfil social destes políticos, como por exemplo, a profissão do pai dos senadores, porém, a fonte aqui utilizada não apresentou dados suficientes, o número de *missings* é alto demais. Por isso, aqui não será aprofundado aspectos do perfil social.

O político no Brasil Imperial era o típico *notável*, que angariava cargos políticos para si graças à posse de importantes capitais sociais externos ao campo político, principalmente de cunho econômico. Eram em sua maioria grandes proprietários rurais, que mantinham relações pessoais com o Imperador. Este padrão de perfil tão bem definido deve-se às limitações à cidadania impostas pelo regime, que tornou o universo de “recrutáveis” extremamente restrito (FAORO, 1958; CARVALHO, 2007; GRAHAM, 1997; DOLHNIKOFF, 2011). Dos impedimentos à participação política, os dois principais, pelo menos em termos numéricos, claramente era a escravidão e o fato das mulheres não participarem formalmente da política. Dolhnikoff (2011) nos diz que um homem escravo quando livre possuía o direito ao voto, enquanto uma mulher em nenhum caso podia votar.

Entretanto, afirmar que possuir extensa experiência política é significado de profissionalismo político no Brasil Império coloca em questão uma das principais afirmações feitas por estudiosos do tema, a começar pela teoria clássica, cunhada por Weber (1985), onde ainda que o fenômeno tenha se originado nas monarquias absolutistas europeias, não é uma característica marcante em regimes deste tipo. Sim, uma característica típica de democracias representativas de massas (BLACK, 1970; OLIVEIRA, 2009; PERISSINOTO E VEIGA, 2012; BARRRETO, 2015; MASSIA, 2013).

Aparentemente, a tentativa de Weber em datar a origem histórica do político profissional, dá subsídio teórico às possíveis críticas que apontam para anacronismo ao se falar em político profissional para o Brasil Império. Mas, o que não se deve esquecer é o caráter processual da história, apontado pelo próprio autor. Sendo inclusive, o que o motiva à proposição do *tipo ideal* como um artifício analítico que possibilita “cercar” no tempo e espaço uma determinada realidade sempre em movimento. Dito de outro modo: partindo da impossibilidade de captar a variedade e complexidade das possíveis variáveis que intervêm na ação social, e nas transformações das instituições políticas e sociais, o *tipo ideal* é o que torna possível isolar os aspectos essenciais de cada período como quadros sociais artificialmente abstratos e imóveis.

Saliente-se ainda, que existe uma recente historiografia sobre o Império brasileiro, cuja interpretação revisionista desse período permite sustentar esta dissertação, já que de um modo geral aponta para a relativa autonomia da política frente a outros âmbitos sociais (CARVALHO, 2007; DOLHNIKOFF, 2011; MARTINS 2006; FARIA, 2013). Em alguns casos a aplicação de categorias “anacrônicas”, com as devidas ressalvas pode ressaltar como em alguns processos de transformações institucionais a continuidade e a vigência de características, traços específicos de certos tipos ideais se sobrepõe à rupturas contextuais gerais. Ou ainda, em outros casos são apenas de caráter discursivo, formalizados em instituições, ou não.

Um exemplo está na operação feita por Dolhnikoff (2011), ao demonstrar que no Brasil Monárquico, havia representação política, ao contrário do que dizem teses hegemônicas (FAORO, 1958; SALGADO, 2003; LEITE, 1978). Porém, de um tipo que estava de acordo com os valores políticos da época. Isto quer dizer que, ainda que com critérios normativos diferentes do ideal de uma democracia de massas, o essencial do conceito estava presente naquele contexto. Portanto, devemos encarar a constatação de aspectos que caracterizam política profissional, não significa que seja no sentido atual. Com isso, pode ser que estas especificidades sejam causadas simplesmente por se tratar de um período transitório entre uma política de tipo tradicional e outra moderna.

Resumindo, a proposta aqui é testar a validade da categoria “político profissional” para um sistema político diferente do que inspirou empiricamente sua formulação. Deste modo, fazer o conceito “viajar” no sentido dado à clássica metáfora de Sartori (1970), quando se referia à capacidade nomotética de um conceito. Conforme o autor, testar a capacidade generalizadora de conceitos é a essência do trabalho científico.

Por tudo o que foi exposto, é prudente tomar como hipótese que a *carreira política* era algo pouco valorizado no recrutamento para o Senado no Brasil Imperial, o que deve ser lido como um baixo nível de profissionalização, de modo que o cargo de senador deve haver sido facilmente permeável a novatos e políticos ocasionais.

A dissertação está dividida em seis capítulos. No primeiro, de modo sucinto, exponho o contexto que estava inserido o grupo de senadores do período imperial. Esta seção é dedicada também a explicar de modo geral como era a estrutura de oportunidades de cargos políticos no período, além das definições da legislação eleitoral para o Senado e o que se sabe do recrutamento político para o cargo. No segundo capítulo, é exposto o marco teórico, onde se busca explicar como a profissionalização política está relacionada com a carreira política. O terceiro capítulo é dedicado à metodologia e à explicação de algumas adaptações realizadas

ao conceito de profissionalização política para viabilizar sua operacionalização diante das especificidades do objeto. Na sequência, no quarto capítulo, apresento e analiso os dados. No quinto capítulo, discuto os achados à luz da literatura mobilizada. Para, finalmente, no sexto capítulo concluir.

2 AS ELITES POLÍTICAS NO BRASIL IMPERIAL

Neste capítulo, apresento aspectos gerais do sistema político no Brasil Império, a natureza do regime, o recrutamento da elite política, as oportunidades de cargos políticos, as regras eleitorais para o Senado, além das características dos senadores. Visando complementar a discussão, e fazer aproximações mais claras entre a historiografia e o objeto empírico, ao longo da dissertação, eventualmente, esta literatura será mobilizada.

De um modo geral, a política ocidental no século XIX foi marcada, dentre outros aspectos, pela difusão dos ideais da Revolução Francesa entre os grupos de elite. Para que se tenha uma ideia, de todos os países da América declarados independentes no período, o Brasil foi o único a optar por uma monarquia. Esta opção “fora de tempo”, fez com que o regime se configurasse como um tipo peculiar de monarquia constitucional. Apoiados nas teses de Benjamin Constant, os ideólogos do Brasil pós-independência acrescentaram aos Três Poderes de Montesquieu o Poder Moderador. Em tese um poder neutro, exercido pelo imperador por meio do Conselho de Estado³ (MARTINS, 2006; DOLHNIKOFF, 2011).

Ainda que a opção por algum tipo de república, pelo menos inicialmente, não tenha sido cogitada pela maior parte da classe política, afastar-se ideologicamente do absolutismo constituiu-se como um elemento *doxal* do jogo político. A necessidade de conciliar o ideário iluminista com o conservadorismo da realidade social acabou condicionando o modelo de desenvolvimento das instituições legislativas, conseqüentemente as relações e alcance do Estado sobre os diversos grupos sociais. A literatura hegemônica sobre as instituições políticas no Brasil Império interpreta que esta necessidade de conciliação causou contradições, por exemplo, o descompasso entre as decisões proferidas pelas instituições políticas, calcadas na realidade material e cultural do país e os discursos de agentes políticos, quase sempre eruditos que se guiavam por ideais alheios a esta realidade. Inclusive, entre membros da nobreza era comum posicionamentos ideológicos contrários aos pilares do regime que os mantinham no poder (MARTINS, 2006).

Dolhnikoff (2011) organiza esta literatura. Segundo a autora, na interpretação “clássica” (FAORO, 1958; HOLANDA, 1985; BARMAN, 1988) certas incongruências são tomadas como um empecilho à representação. Em resumo, o tipo de contradições apontadas por esta corrente está na coexistência de um ideário democrático em uma sociedade

³Para entender a posição do Conselho de Estado no sistema político imperial ver Martins (2006).

escravocrata, com participação crivada por critérios censitários e com o poder autocrático de um rei, tudo isso convivendo com a pretensão de ser um regime representativo da população.

Segundo estas visões, não havia autonomia dos poderes, o Imperador nomeava os gabinetes sem compromisso com o parlamento, e podia dissolver a Câmara dos Deputados a qualquer momento. Para completar, a fraude eleitoral permitiria ao Imperador eleger uma nova Câmara composta por maioria pertencente ao partido no ministério e submissa a ele. Tudo isso, em grande medida, contraria o imaginário da maior parte da elite política da época (DOLHNIKOFF, 2011).

De modo distinto, Lamounier (2005), entendeu que o Estado teria se constituído como uma espécie de híbrido de elementos da moderna política representativa e do poder autocrático exercido pelo imperador. Ainda que para este autor, isso represente uma contradição não chegou a impedir por completo a representação política.

Em geral, as restrições à participação política obedeciam a uma lógica contida nesta ideia de representação, baseavam-se na crença de que para que houvesse qualidade representativa era necessário que o eleitorado fosse qualificado, isso, é claro, segundo os valores da época. A ideia central é a de que o eleitor deveria ter condições de escolher livremente, sem necessidades materiais que pudessem influenciar na escolha, e sem qualquer relação de dependência que pudesse influenciar na hora do voto.

É reconhecida cidadania brasileira aos nascidos no Brasil (exceto se filho de pai estrangeiro que resida no país por serviço da sua Nação); filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no estrangeiro e que vierem estabelecer domicílio no Império; filhos de pai brasileiro que reside no estrangeiro a serviço do Império, ainda que não venha a estabelecer domicílio no Brasil; os nascidos em Portugal e suas possessões, residentes no Brasil na época da proclamação da independência e que aderiram a essa expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência; e os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião. Perde os direitos de cidadão brasileiro o que se naturalizar em país estrangeiro; o que, sem licença do Imperador, aceitar emprego, pensão ou condecoração de governo estrangeiro; e o que for banido por sentença. A suspensão dos direitos políticos se dá por incapacidade física ou moral e por sentença condenatória a prisão, ou degredo, enquanto durarem os seus efeitos (SALGADO, 2003, p. 1)

Assim como nos regimes representativos atuais, um dos valores centrais que se perseguia era a melhora da qualidade da representação. Entretanto, em uma democracia de massas essa busca se dá por outros meios, por exemplo, pela ampliação do sufrágio. A análise de Dolhnikoff (2011) é estritamente política, interpretando que a exclusão do sistema não se dava no âmbito político, e sim no ambiente social mais amplo, por meio de restrições à cidadania, como no caso do escravo e das mulheres, critérios censitários, ou ainda a exclusão

de algumas classes que não podiam votar, como clérigos e militares, todas restrições amparadas na ideia de que para haver uma representação de qualidade os eleitores deveriam ter liberdade para escolher livremente.

Contra a tese de que o Imperador possuía um poder autocrático, a autora argumenta que projetos de lei podiam partir tanto das casas legislativas, quanto do Executivo. Neste último caso, o projeto era enviado para a Câmara, quando aprovado era mandado ao Senado, que podia aprovar, rejeitar ou emendar. Se aprovado, tinha de ser sancionado pelo Imperador. Quando rejeitado era abandonado, se emendado, era novamente debatido e votado em sessão conjunta da Câmara e do Senado (DOLHNIKOFF, 2011).

Baseada em Sartori, Dolhnikoff (2011) entende que a garantia do caráter representativo de um regime é a existência de uma Câmara Legislativa com eleições periódicas, no caso do Brasil Imperial esta Casa era a Câmara dos Deputados. A respeito do Poder Moderador, a autora argumenta que só podia dissolver a Câmara quando requisitado pelo ministério, o que a principio nos parece uma medida autocrática hoje em dia, não era entendido neste sentido na época. Pois, diante de temas polêmicos era visto por toda a classe política e opinião pública como um meio lícito de consultar a população, já que a decisão polêmica iria depender do posicionamento dos que ingressassem por meio de eleições no pleito seguinte (DOLHNIKOFF, 2011).

Carvalho (2007)⁴ é um trabalho seminal para o estudo das elites do Brasil imperial. Abdicando desta visão que enxerga o poder autocrático do Imperador, enfatizou as dificuldades passadas pelo poder monárquico para se consolidar diante dos potentados locais. Com a expressão “dialética da ambiguidade”, o autor chamou atenção para a existência de uma permanente negociação entre a classe política Imperial (que incluía a burocracia estatal), majoritariamente progressista, e a realidade material das grandes propriedades escravocratas, que eram de fato as mantenedoras do Estado (CARVALHO, 2007).

⁴ Carvalho (2007), na primeira parte do livro “A construção da ordem” faz um típico estudo de elite, observa a cúpula política imperial com o objetivo principal de explicar a unidade da colônia americana portuguesa em detrimento à fragmentação da espanhola. O autor define elite a partir do critério posicional, esta compreende os seguintes grupos: ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros de estado. São abordadas as variáveis: educação, ocupação e carreira. O estudo demonstrou empiricamente que o perfil dos políticos não representava o da população geral. Praticamente todos seus membros possuíam curso superior, o contrário do resto das pessoas. Além disso, a formação em Direito na Universidade de Coimbra, destino comum da elite econômica e social brasileira, mais do que a socialização, teria contribuído decisivamente para a coesão ideológica da elite, fator determinante para a unificação do território. Desenvolvendo, deste modo, como uma classe essencialmente política e com um projeto de Estado bem delineado.

Faoro (1958) interpretou as relações entre a burocracia estatal e a classe política como um *estamento*. Em termos weberianos, isso significa que a burocracia predominava sobre a política. E na visão do autor, é sinônimo de degeneração da política. Para se ter uma ideia da preponderância conferida ao aparato burocrático estatal, a ilustração usada pelo autor é a do *Leviatã*.

Este vínculo foi comprovado por Carvalho (2007), porém interpretado em outra chave, nos termos de uma análise elitista, encontrou na burocracia - seja estatal, eclesiástica, ou militar - a principal fonte de recrutamento político.

A interpretação de Graham (1997), no mesmo sentido, que muitos dos autores aqui apresentados, com exceção de Lamounier (2005) e Carvalho (2007), ainda que de modo controverso, tende a anular a importância do ambiente político, em sentido estrito, diante de poderes externos.

O autor, claramente influenciado pelo marxismo viu neste Estado o “comitê executivo da burguesia”, neste caso, o papel da burguesia era cumprido pelos grandes proprietários rurais. Ao mesmo tempo Graham não descarta o fato de que o ambiente onde se recrutava a maior parte dos políticos da época era o aparelho burocrático estatal, mas diferente da interpretação de Faoro (1958), e de Carvalho (2007), para Graham, a burocracia era um mecanismo que vinculava a classe dominante ao Estado.

Graham (1997) analisa as redes clientelísticas, para o autor, o meio principal pelo qual a classe dominante exercia seu poder. O conceito de clientelismo aqui é visto como o sistema de práticas que conferia sentido social à atividade política por meio das hierarquias sociais formando um sistema de controle mútuo entre os detentores de recursos⁵, como fica claro nesta passagem:

A aceitação de uma hierarquia social de vários estratos – focalizando as tensões ao longo de toda a sua extensão, ao invés de entre dois grupos – ajudava mais ainda os proprietários a exercer sua autoridade. Aqui está um outro meio de garantir a ordem social; permitir que quase todo mundo se sinta superior a alguém. As distinções matizadas de classificação social coíbem a ameaça que os homens livres talvez pudessem, de outra maneira, representar, e isso explica em parte porque se encorajava a alforria de escravos: os negros livres inseriam-se facilmente num dos muitos nichos sociais possíveis. As variações da cor da pele também contribuíam para classificar as pessoas – algumas sendo mais escuras, outras mais claras – ao longo de um *continuum* de *status*. Os brasileiros tomavam por certo que, de um modo geral, era possível distinguir as pessoas, como se expressou um dos Lacerda Werneck: “segundo a ordem, a escala, ou categoria em que se situavam na sociedade”. Essa visão significava que ninguém se julgava igual a qualquer outro;

⁵É preciso, neste ponto, dizer que práticas familiares e clientelísticas não estão, necessariamente, em desacordo com a noção de profissionalização política como ficará claro no capítulo teórico.

todos tinham um lugar dentro de uma hierarquia e encontravam-se acima ou abaixo dos demais (GRAHAM, 1997, P. 49).

Carvalho (2007) mostra que no que concerne o papel da burocracia no sistema, Graham está equivocado, por que, mais que um mecanismo que vinculava a elite da terra à elite estatal, a burocracia, na época, era o único ambiente capaz de fornecer líderes políticos capacitados a responder as exigências da atividade. O autor reconhece na burocracia um caminho inevitável para os letrados e também para os setores médios urbanos. As limitadas ocupações para estes indivíduos em uma sociedade basicamente agrária e escravocrata eram a causa desse fenômeno. Neste sentido, a elite era um âmbito autônomo da organização socioeconômica, ainda que relacionado a ela. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 154).

Para Carvalho⁶, (1997, citado por Faria, 2013, p. 11), o problema com a análise de Graham (1997) sobre como fluía o poder pelo sistema imperial, é que a noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual, onde o Estado é a parte mais poderosa, distribui benefícios públicos a câmbio de qualquer tipo de apoio que precise. Graham, neste sentido, indevidamente inverte o uso do conceito, fazendo com que os agentes estatais apareçam como clientela do senhorio.

Carvalho, quando trata da “dialética da ambiguidade” mostra como a elite política tinha que, “gostando ou não” compactuar com os proprietários de terra, para que houvesse pelo menos uma aparência de ordem (Carvalho, 2003, p. 232), isso supõe que havia grande influência de atores econômicos regionais, porém, em sua visão isso se dava diretamente com o centro do Império. Além do mais, isso não implica subserviência do Estado.

No que se refere à centralização do sistema político há um consenso: foi construída com base nos âmbitos regional e local. Para Graham (1997), teria sido apoiada por fazendeiros, que no período anterior defendiam a autonomia local, para evitar que o movimento federalista desse início ao questionamento das bases do sistema de dominação. O fluxo do poder se dava do centro à localidade e vice-versa. Sempre através do presidente provincial.

Vargas (2011) mostra que a cúpula do governo imperial era formada por membros de famílias dos mais longínquos municípios. E conclui que as escolhas nas carreiras profissionais, estratégias políticas, nobilitação, visão de mundo, entre outros aspectos sociais, dependiam das redes estabelecidas no âmbito familiar.

⁶CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: DADOS, vol.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.

Dolhnikoff (2005) aponta que um maior alcance do Estado pelo território era um ideal que além de unir liberais e conservadores, mobilizava as elites provinciais. O legislativo provincial detinha amplos poderes, enquanto os poderes municipais, que se ocupavam apenas de assuntos administrativos. A respeito disso, a autora tem uma passagem esclarecedora sobre o papel dos poderes regionais na política imperial.

A criação do poder provincial significou um reordenamento do jogo político, que moldou as características do próprio Estado. Em primeiro lugar, foi uma conquista dos grupos provinciais, que o utilizavam como instrumento de pressão em relação ao governo central. Mas, ao mesmo tempo, o poder provincial foi uma forma de cooptar esses mesmos grupos, impedindo que conflitos de interesse colocassem em risco a integridade territorial, ao vinculá-los institucionalmente ao Estado nacional. A autonomia dos governos provinciais, conferida pelo Ato Adicional e mantida durante todo o Império, atendia à demanda das elites provinciais e, desta forma, conquistava sua adesão. Elas passaram assim a se responsabilizar e a se interessar pela preservação do próprio Estado, constituindo-se como elite política. Uma elite que, além das Assembleias Provinciais, encontrava na Câmara dos Deputados o palco ideal para negociar seus interesses. O parlamento distanciava-se inteiramente daquele fórum de sábios imaginado e desejado por José Bonifácio para determinar e guiar a reforma da sociedade escravista. Ao contrário, constituía-se uma elite política com profundos laços na organização socioeconômica provincial, mas ao mesmo tempo comprometida com a unidade e o Estado nacional (DOLHNIKOFF, 2005, p. 154).

De modo distinto, e de certa forma, até mesmo incoerente com a sua própria visão, Graham, a partir da análise da correspondência entre atores políticos e sociais relevantes expõe a seguinte interpretação acerca do papel da classe política em geral:

(...) O que almejavam? Os políticos, por exemplo, preocupavam-se sobretudo em promover os interesses econômicos particulares dos proprietários de terra e dos comerciantes, ou concentravam-se principalmente no fortalecimento dos nervos do poder central? Minha conclusão é que não faziam nenhuma das duas coisas. Como revela sua correspondência, gastavam a maior parte de sua energia na formação de redes de clientelismo, ampliando seu séquito ou encontrando um protetor poderoso para suas fortunas políticas (GRAHAM, 1997, p. 22).

Isso confirma a posição de Carvalho (2007), de que mesmo influenciado por outros meios sociais, seja o religioso, do cristianismo-católico, seja o meio econômico, das grandes proprietários rurais, etc., o ambiente político se constituía como um espaço em si, onde se negociava os variados conflitos sociais do período.

Até mesmo para contratar um funcionário os vereadores eram obrigados a consultar a Assembleia Provincial. Mais uma vez, o que estava em jogo era a viabilidade do Estado nacional: ao atrelar as Câmaras dos municípios ao governo provincial, os liberais acomodavam o legislativo municipal, com seu passado de independência, no interior do novo Estado e (...) forçavam os vereadores a se adaptarem aos rituais do Estado moderno, através da ação disciplinadora da Assembleia Legislativa Provincial (...) Além disso, os municípios não contavam com rendimentos próprios

suficientes para atender suas demandas e com frequência a Assembleia destinava parte de seu orçamento para efetuar tarefas que a princípio eram atribuição municipal. O resultado foi a dependência das localidades em relação ao governo provincial um grande poder de barganha com os potentados locais. Na delicada obra de engenharia de poder, na qual deveriam se equilibrar interesses locais, interesses provinciais e determinações imperiais, as câmaras se consubstanciaram em peças importantes, desde que devidamente controladas pelo governo provincial, com finalidade de impedir que localismos colocassem em risco a integridade do novo Estado (DOLHNIKOFF, 2005, p. 119).

Outra hipótese plausível foi expressa por Carvalho (2007): de que no decorrer deste grande espaço de tempo, haja diferenças significativas entre os diferentes períodos. Nos parágrafos seguintes, resumo as justificativas do autor na escolha dos acontecimentos políticos que serviram de corte na definição dos períodos, e a conseqüente variação no tipo de políticos que chegaram a cargos de elite.

O primeiro intervalo foi da Independência ao fim do Primeiro Reinado, onde muitos políticos ligados a D. Pedro I acabaram afastados, abrindo espaço a uma nova geração de líderes. Ao final da Regência, esta nova geração chegou ao Senado e ao Conselho de Estado.

Para Carvalho (2007) dois ministérios são pontos de inflexão da política imperial. O primeiro foi o do marquês do Paraná (1853), chamado de Ministério da Conciliação. Marcou o fim de um período de lutas entre liberais e conservadores, tendo como expressão final a Revolução Praieira. Daí surge uma nova geração de importantes políticos. Além disso, o final do tráfico de escravos em 1850 trouxe um grande benefício econômico.

O segundo Ministério foi o de Rio Branco (1871), que era um dos jovens políticos chamados ao Ministério por Paraná. Foi um conservador modernizante, que realizou grandes reformas, a maior foi a Lei do Ventre Livre. Além disso, seu governo presenciou o fim da Guerra do Paraguai, e a formação do Partido Republicano em 1870. Nesta época os líderes das lutas da Regência saíram do poder e a nova geração ocupou as principais posições de poder.

Essa geração não tinha passado pelas dramáticas experiências do período regencial e pelas dificuldades iniciais de manter o país unido e organizar um poder civil suficientemente forte para sustentar os interesses dominantes no país e suficientemente legítimo para evitar o militarismo (CARVALHO, 2007, p. 59).

Grande parte da historiografia, por exemplo, Dolhnikoff (2011), Graham (1997) entendeu que a classe política não se dividia politicamente por causa de lealdades partidárias, e tampouco por ideologias, mas sim por laços pessoais. Disputas de poder local se davam

entre facções reivindicando o pertencimento ao partido no poder. Haveria uma diferença na base social dos partidos, mas era insignificante.

O tema da institucionalização dos partidos é importante para o estudo da profissionalização política. Trabalhos recentes mostram que o processo de profissionalização começa nas agremiações. Inclusive, na literatura sobre o tema já foi detectada a existência de um tipo de político profissional que vive apenas da política no interior dos partidos.

A visão de Carvalho (2007), diferentemente, sugere diferenças consideráveis entre os partidos políticos e certa autonomia destas instituições frente a interesses puramente econômicos. O que não quer dizer, é claro, se tratarem de partidos institucionalizados, muito pelo contrário. Para se ter uma ideia, até 1837 não existiam partidos, e apenas em 1864 foi elaborado o primeiro programa partidário. Isso justifica, a ausência da variável “partido” nesta análise.

2.1 AS OPORTUNIDADES DE CARGOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO

Além dos inúmeros cargos burocráticos de caráter eminentemente político, e o sem número de cargos nas estruturas jurídica e diplomática, todos de nomeação. A estrutura de oportunidade de postos políticos *stricto sensu* no Brasil imperial era relativamente simples. Nos parágrafos seguintes, estes cargos serão apresentados, por esfera de poder: Império, Província e Município, e separados também em cargos de nomeação e eletivos.

Dos cargos que, segundo Carvalho (2007), compunha a elite política imperial (ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros de Estado), ministros e conselheiros de Estado eram nomeados direta e unicamente pelo Imperador. No âmbito do executivo imperial, a partir de 1847, passou a existir o cargo de Primeiro-ministro (presidente do Conselho de Ministros) que também era nomeado pelo monarca. Apenas o cargo de Deputado Geral era escolhido, ainda que em dois graus, de modo puramente eletivo. Senadores eram eleitos em um sistema misto, onde se votava em dois graus votantes escolhiam eleitores, e estes em seu turno elegiam três candidatos para que o Imperador escolhesse um deles.

Nas Províncias, até 1834, quando do Ato Adicional, vigorava a total dependência do governo central, o único cargo era o de Conselheiro Geral de Província, cargo legislativo nomeado pelo Imperador. Além disso, o Ato Adicional redefiniu o poder executivo provincial, empoderando o Presidente de Província, cargo existente desde a constituição, que era nomeado pelo monarca. No legislativo, a partir de então, no lugar do Conselho Geral de

Província foi criado o cargo de Deputado provincial, cargo eletivo, em que se votava em dois graus.

O regionalismo adquiria nova feição, diversa da do período anterior, quando prevaleciam os interesses quase exclusivamente privados dos proprietários rurais. Estes passaram a ter de recorrer a uma instância que, se tinha autonomia, estava, por outro lado, vinculada ao governo central e imbuída das novas regras de conduta política introduzidas pela construção do Estado nacional. O resultado foi o fortalecimento dos grupos provinciais no interior do próprio aparato estatal, com o conseqüente estabelecimento das poderosas oligarquias que, ao final do século XIX, reivindicaram ainda mais autonomia (DOLHNIKOFF, 2005, P.154).

No âmbito da localidade havia apenas um cargo relevante, Juiz de Paz, um cargo eletivo do Judiciário, com forte componente político. Além deste, havia outro cargo eletivo: Vereador.

A lei previa que cada freguesia teria um juiz de paz eleito da mesma maneira e ao mesmo tempo que os vereadores. E definia caber ao juiz as funções e ações iniciais do processo criminal: realizar o auto de corpo de delito, interrogar os suspeitos de crime, prendê-los e remetê-los ao juiz criminal. Além disso, tornava-o responsável por tentar a conciliação entre as partes em litígios não criminais, julgar pequenas demandas, fiscalizar a execução das posturas policiais das Câmaras, resolver as contendas entre moradores do seu distrito acerca dos caminhos, pastos e danos contra a propriedade alheia, fazer destruir quilombos, comandar a força armada para desfazer ajuntamentos que ameaçassem a ordem estabelecida, etc. Suas vastas atribuições o tornavam um homem poderoso na localidade, principalmente porque o juiz de paz tinha, ainda, uma influência decisiva na qualificação eleitoral, ao ser também responsável por decidir, a cada eleição, quem teria direito de voto (DOLHNIKOFF, 2005, p. 84).

Não havia prefeito, sim um Conselho de vereadores presidido pelo vereador que tivesse maior número de votos. Apenas em 1834 que São Paulo e algumas províncias do nordeste instituíram o cargo.

2.2 O CARGO DE SENADOR NO BRASIL IMPÉRIO E A LEGISLAÇÃO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DOS SENADORES

O Senado no Brasil Império foi inspirado na Câmara dos Lordes da Inglaterra e na Câmara dos Pares da França. Aqui adquiriu um caráter mais “democrático”. O número de senadores não podia ser alterado pelo Imperador. A bancada de cada província era composta por metade do número de deputados da mesma província e este número só mudava com aprovação da maioria da Câmara respeitando o critério de proporção populacional. Enquanto em países como França e Portugal, o monarca podia garantir maioria parlamentar através da

criação e nomeação de novas cadeiras. Mesmo assim, por carecer de eleições periódicas, não era um órgão representativo.

Leite (1978) é talvez o único trabalho que enfoca exclusivamente o Senado brasileiro no período imperial⁷, mas apenas nos anos finais do Império (1870-1889). A autora se baseia principalmente nas leituras de Raimundo Faoro (1958), Sérgio Buarque de Holanda (1985), dentre outros clássicos. Todos representantes das teses dominantes sobre a política do período.

A autora ressalta características que diferenciaram esta casa de seus congêneres europeus: o poder moderador e a vitaliciedade do cargo. O que a tornava a principal instituição de representação dos interesses da Coroa. Era o órgão legislativo com maior força na época, e incorporava a elite econômica e cultural do país. A vitaliciedade impedia dissoluções e não permitia que fosse composto segundo interesses momentâneos.

Quando vagava uma cadeira, quase sempre por ocasião da morte de um senador, no prazo de três meses ocorria uma eleição. Assim, o presidente da província, quem “controlava” a vaga, era avisado pelo presidente do Senado, ou outro membro do governo para realizar eleições. Os três nomes mais votados eram enviados ao monarca para que esse escolhesse. Daí, o nome era apresentado ao Senado para que fosse aprovado ou não, nesta instância verificava-se a ausência de fraudes para confirmar a legitimidade da eleição. Para tomar posse, o eleito tinha que receber sua Carta Imperial, e direcioná-la ao Presidente do Senado, que encaminhava à uma comissão encarregada de examinar a legalidade do diploma. Por fim, se prestava um juramento à Constituição, à religião católica e de que se iria sustentar a indivisibilidade do Império. (LEITE, 1978).

Do texto de Salgado (2003), foi possível sacar elementos que propícia o entendimento das regras eleitorais para os variados cargos que vigoraram no decorrer do regime. Nos parágrafos seguintes, de forma resumida, se encontram as regras específicas para a eleição para senador.

As condições para a candidatura ao senado incluíam ser cidadão brasileiro com direitos políticos, ter mais de 40 anos, ser pessoa de saber, ter capacidade e virtudes, de preferência em serviço da Pátria. Também exigia rendimento mínimo de 800.000 réis anuais proveniente de bens, indústria, comércio ou emprego. Os príncipes por direito tinham um

⁷ Neiva e Izumi (2014) fizeram um estudo de longo alcance temporal, onde procuraram mapear os perfis profissionais dos senadores brasileiros, da primeira legislatura em 1826 até 2010. Apesar de suas conclusões não se focarem no período imperial trazem informações que complementam a discussão.

assento no Senado quando atingiam vinte e cinco anos de idade. Assim como Deputados, Senadores podiam ser eleitos por qualquer Província, independente da naturalidade.

Eleitores de província, além de terem de ser antes votante, tinham de ter renda líquida anual de duzentos mil réis por “bens de raiz”, indústria, comércio ou emprego; escravos libertos; e inclusive criminosos em *querela* ou *devassa*. Para a eleição de senador, era proibido o voto em ascendentes, descendentes, irmãos, tios e primos irmãos, sob pena de perder o voto ativo e passivo.

A partir da lei nº 387 de 19 de agosto de 1846, regulamentou-se novamente as eleições. De modo geral, proibi-se o voto por procuração. E com base na constituição, proibiu-se a eleição de Deputados e Senadores por qualquer província que não a de radicação.

Não podiam ser senadores os deputados provinciais, nas Províncias onde exerciam, também, os presidentes de Província e seus secretários, os vigários, os comandantes de Armas e generais em Chefe, os Inspetores de Fazenda Geral e Provincial, os Procuradores Fiscais, os Chefes de Polícia, os Delegados e Subdelegados, os Promotores Públicos, os Curadores Gerais de Órfãos, os Desembargadores, os Juizes de Direito, Municipais, Substitutos e de Órfãos, e os Inspetores ou Diretores Gerais da Instrução Pública. Incompatibilidade persiste para quem haja ocupado o cargo nos seis meses anteriores à eleição secundária; em caso de dissolução da Câmara, este prazo é reduzido para três meses.

Não podiam também ser votados para senadores, os empresários, diretores, contratadores, arrematantes ou interessados na arrematação de rendimentos, obras ou fornecimentos públicos naquelas Províncias em que os respectivos contratos e arrematações tenham execução e durante o tempo deles.

A chamada Lei Saraiva (Decreto nº 3029 de 09 de janeiro de 1881), substituiu toda a legislação anterior. Assim, a eleição dos Senadores do mesmo modo que para outros cargos eletivos passa a ser direta. Passa a ter direito ao voto o cidadão brasileiro com renda líquida anual maior que duzentos mil réis, com exceção dos menores de 25 anos, dos filhos famílias, dos criados e dos religiosos.

Passa a ter o direito de candidatura a um cargo político qualquer cidadão com direito de voto, que não seja réu em processo criminal. Para o cargo de senador, além disso, ter mais de quarenta anos e renda anual de um milhão e seiscentos mil réis;

A Lei Saraiva ampliou os casos de incompatibilidade. Não podendo ser votados para Senador, Deputados gerais e provinciais. Além destes, também os diretores gerais do Tesouro Nacional e os diretores das Secretarias de Estado; os Presidentes de Província nas províncias de exercício; bispos em suas dioceses; comandantes de armas; generais; chefes de estações

navais; capitães de porto; inspetores e diretores de arsenais; inspetores de corpos do exército; comandantes de corpos militares e de polícia; secretários de Governo Provincial, secretário de Polícia da Corte e Províncias; inspetores de tesourarias de Fazenda gerais ou provinciais, e os chefes de outras repartições de arrecadação; o diretor geral e os administradores dos Correios; os inspetores ou diretores de instrução pública e os lentes e diretores de faculdade ou outros estabelecimentos de instrução superior; inspetores das Alfândegas; os Desembargadores; os Juizes de Direito; os Juizes Municipais, de Órfãos e os Juizes substitutos; os chefes de polícia; os promotores públicos, os curadores gerais de órfãos; os desembargadores de relação eclesiástica; os vigários capitulares; os governadores de bispado; os vigários gerais, provisores e vigários forâneos; os procuradores fiscais e os dos Feitos da Fazenda e seus ajudantes; c) nos distritos em que exercerem autoridade ou jurisdição: os delegados e subdelegados de polícia.

O salário de um senador, pelo menos no período de 1870-1889, estudado por Leite (1978), era de 9 contos de réis por ano. A maioria dos senadores possuía títulos universitários. Geralmente eram os senadores proprietários rurais, ou ligados à elite da terra por meio de parentesco ou matrimônio. Era notória a quantidade daqueles que possuíam títulos nobiliárquicos (NEIVA e IZUMI, 2014; LEITE, 1978).

A passagem por importantes cargos da época como: Deputado, Presidente de Província, Ministro, Diplomata e Conselheiro de Estado; era fundamental para o recrutamento. Eram homens que possuíam altos rendimentos, representantes dos interesses provinciais, e das oligarquias. E que apesar de estarem ligados aos partidos, atuavam muitas vezes em discordância com as agremiações (LEITE, 1978).

Carvalho (2007) menciona que o Senado se tornara uma espécie de “Sibéria” para os políticos imperiais, ou seja, um cargo estacionário. Segundo a leitura de Massimo e Costa (2014), Carvalho teria entendido que os políticos que chegavam a ocupar pastas ministeriais ou postos no Conselho de Estado teriam um padrão de circulação diferente dos senadores, que por ocuparem um cargo vitalício tendiam a circular menos. Neste sentido, se diferenciavam tanto dos deputados, quanto dos presidentes de província.

3 RECRUTAMENTO, CARREIRA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: ESPECÍFICIDADES DO SENADO NO BRASIL IMPERIAL

De acordo com Costa e Codato (2012), no debate sobre acesso aos postos políticos, algo importante a se considerar são os “filtros” prévios que determinados atributos sociais podem exercer. Estes “filtros” foram amplamente tratados pela literatura, com nomes distintos. No caso de Giddens (1974), foi tratado de modo inverso, enfatizando o que chamou de “avenidas” para a elite.

Esta analogia com “filtros” e “avenidas” quer dizer que certas características sociais representam obstáculos ao processo de recrutamento, enquanto outras são facilitadoras do acesso. Então, ainda segundo Costa e Codato (2012), quando analisamos o universo de indivíduos que ocuparam um determinado cargo podemos perceber quais as características valorizadas para se aceder ao cargo.

Perissinotto e Miriade (2009) alegam que para um estudo possa efetivamente ser considerado um estudo de recrutamento político, seria necessário que se observasse todas as fases do processo de seleção, desde a separação dos membros de partidos da população geral, dos candidatos com o restante dos membros de seus partidos, até os eleitos em detrimento dos candidatos que ficaram pelo caminho. Apenas assim, se comprovaria a importância de uma característica presente nos membros da elite frente à outras características presentes nos que não chegaram ao final do processo de recrutamento. Bolognesi (2009) considera que ainda que teoricamente plausível, um empreendimento deste tipo é algo inoperável do ponto de vista metodológico.

Costa e Codato (2012) observam algo interessante. Que ao analisarmos um universo de políticos podemos entender que determinada característica (categoria) é um atributo valorizado apenas quando encontramos uma distribuição dos dados que tendam a alguma característica. Ou seja, não pode ser uma distribuição homogênea.

3.1 CARREIRA POLÍTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Nesta seção o intuito é oferecer elementos que situem o leitor na discussão que relaciona carreira política e profissionalização política. Também são feitas ponderações necessárias para adaptar certos aspectos destas teorias às especificidades do objeto.

Como nos aponta Perissinotto e Veiga (2014), há duas vertentes básicas que analisam o tema da profissionalização política: a primeira é normativa, partindo de diferentes pontos do

espectro ideológico, toma o fenômeno como a causa da existência de políticos autointeressados. Nesta visão, a profissionalização da política é vista como principal fator de degeneração da “boa política”. A segunda, a qual, como os autores, me filio, procura analisar o processo de produção de políticos profissionais como fruto da autonomia do campo político frente a outros âmbitos sociais.

Weber (1985) foi o primeiro a tratar do profissionalismo na política de modo não normativo, para o autor, o profissional político teve um papel central na consolidação do processo de monopolização dos meios políticos por parte do Estado. Foram homens a serviço de monarcas absolutistas, que expropriaram atores privados de meios de organização política.

O fenômeno foi entendido pelo autor como uma consequência do movimento de complexificação e aprofundamento da divisão do trabalho social. Por sua vez, inscrito no marco do processo de difusão de condutas sociais pautadas na razão, logo, uma característica essencial do processo de modernização.

Ainda que tenha seu início no período monárquico, toda a literatura - inclusive o próprio Weber - tem atribuído o aumento deste tipo de político ao advento das democracias representativas de massas (OLIVEIRA, 2009; PERISSINOTO E VEIGA, 2012; COSTA E CODATO, 2012; MASSIA, 2013).

A necessidade de organizar um crescente volume e variedade de informações tornou necessário a criação de procedimentos específicos e padronizados para cada tipo de trabalho. Isso, que comumente chamamos de burocracia, passa, na medida em que o processo de modernização avança, a exigir treinamento individual nos conhecimentos e técnicas cada vez mais específicas e mais aprofundadas para o exercício das diferentes atividades laborais.

Além disso, as instâncias de socialização, transbordantes ou circundantes aos ambientes de cada instituição de trabalho, dão origem a “modos de fazer não formalizados” que exigem além das aptidões formais, valores específicos para cada tipo de função. No caso da política, valores e práticas, muitas vezes, recriminados pela moral de senso-comum, e incongruentes com os discursos políticos socialmente aceitos.

Costa e Codato a partir da leitura de Weber⁸ expõem que “(...) Nas palavras de Max Weber, a substituição do ‘notável’ pelo ‘profissional’ se daria quando se constatasse que, além de viver *para* a política, os indivíduos passassem a viver *da* política (...)” (COSTA E CODATO, 2012, p. 3).

⁸WEBER, M., 1994. The Profession and Vocation of Politics. In P. Lassman & R. Speirs, eds. *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 309369.

Porém, a leitura de outro texto do autor dá lugar a uma interpretação diferente⁹. Weber quando diferencia o tipo ideal do profissional da política, fruto da burocracia, e o opõe ao dirigente carismático, diz que o profissional não desejaria ser “senhor”, também afirma que para o profissional a atividade política podia ser tanto uma atividade rentável, como um meio de vida idealmente satisfatório. (WEBER, 1985, pp. 15-17).

Dito de outro modo, uma interpretação possível, é que pelo menos neste primeiro momento não era o fato de um indivíduo retirar ou não sua renda principal da política, que o tornava profissional, mas sim o regime de dedicação à atividade. Os trechos abaixo expõem a ideia de forma mais clara:

Antes de tratar en detalle de los “políticos profesionales”, clarifiquemos, en todo sus aspectos, la situación que presenta su existencia. La política, al igual que las actividades económicas, puede ser una distracción, así como vocación, para una persona. Es posible dedicarse a la política y, en consecuencia, intentar influir sobre la distribución de poder dentro de, y entre, estructuras políticas, como político “ocasional”. Todos somos políticos “ocasionales” cuando depositamos nuestro voto o consumamos una expresión de intención similar, tal como aplaudir o protestar en una reunión “política”, o pronunciar un discurso “político”, etc. (...) Actualmente practican la política como distracción todos aquellos agentes de partido y jefes de asociaciones políticas voluntarias que, por norma general, sólo actúan políticamente en caso de necesidad, para quienes la política no es su “vida”, en primer lugar ni material ni idealmente. (...) Una gran parte de ellos distaban mucho de entregar su vida totalmente, o solo preferencialmente, o más que ocasionalmente, al servicio de la política. Más bien explotaban sus prerrogativas a fin de obtener una renta o incluso beneficios. (...) El “político profesional” también debe ser económicamente “prescindible” (...) (WEBER, 1985, pp. 17-19)

King (1981 citado por OLIVEIRA 2009) preferiu utilizar a denominação “político de carreira” ao invés de “político profissional”, pois, conforme o autor, para que o termo profissional fosse apropriado seria necessário que houvesse de tipo acadêmico, ou algo do gênero. Contudo, como pondera Massia (2013), provavelmente baseado em autores que desenvolveram a teoria da ambição política, o “treinamento” para a atividade política não necessariamente vem de um saber formalizado. Por conseguinte, a visão de King (1981) leva a pensar então que o caráter profissional deveria ser negado a qualquer atividade especializada, mesmo que exercida continuamente, apenas por esta não requerer um treinamento formalizado.

Schlesinger (1966), baseado na Teoria da Escolha Racional foi o autor que iniciou a teorização da carreira política, ainda que sem visar necessariamente o tema da profissionalização política, foi quem deu subsídio teórico para os estudos que posteriormente

⁹WEBER, M., 1985. *Ensayos de sociología contemporánea* I. Barcelona: Planeta- De Agostini.

vincularam estes dois temas. O autor entendeu que o elemento central da política é a ambição em sentido amplo. Como nos aponta Massia (2013), esta observação se refere principalmente ao comportamento dos atores políticos, isso se reflete no interesse em ocupar cargos políticos.

Segundo a teoria de Schlesinger (1966), existem três tipos de políticos em termos de suas ambições: Primeiro o tipo *discreto*, que ocupa cargos por pouco tempo, de modo ocasional. Outro caso são aqueles que possuem o interesse em permanecer no mesmo cargo por muitos mandatos, possuidores do que o autor chamou de *ambição estática*. Por último, existem aqueles casos em que o indivíduo tem o interesse de sempre *galgar um cargo superior*.

Em Massia (2013), foi corroborada a ideia de que independentemente de qual seja o tipo de ambição, a característica inexorável nos tipos de políticos mencionados por Schlesinger (1966) é o fato de que todos definem sua estratégia de ação, de um modo ou de outro, visando se manterem na política.

Autores que desenvolveram esta base teórica, como Black (1972) e Rhode (2012), anotam que a ambição é um cálculo racional em que o político considera os custos e benefícios de concorrer a um determinado cargo, elaborando assim uma estratégia, que estará pautada no nível de acirramento da disputa, nas regras para competição que muitas vezes implica em abdicar de um cargo para concorrer a outro. Sobre este ponto o exemplo de Massia (2013) é atual e esclarecedor:

De acordo com a legislação eleitoral brasileira, por exemplo, um deputado federal que vislumbre concorrer a prefeito, por exemplo, não tem a necessidade de deixar o cargo. Neste caso, a legislação dá certa segurança ao parlamentar, pois como as eleições municipais não são realizadas em conjunto com as gerais, mesmo que o candidato perca a eleição, ou posteriormente queira deixar o cargo, ele pode retornar a seu antigo posto sem custos. A situação já é diferente se este mesmo parlamentar desejar se candidatar ao cargo de governador, pois as eleições se correspondem no tempo. (MASSIA, 2013, p. 38)

Como este mesmo autor explica, são inúmeras as variáveis que influenciam estes cálculos. Cada sistema político fornecerá para cada disputa em específico, incentivos e custos que fazem com que cada arranjo institucional configure aquilo que a literatura sobre ambição chamou de estrutura de oportunidades. Inclusive o autor aponta para autores que incluíram outros tipos de ambição, a fim de explicar outras realidades institucionais. Casos por exemplo em que há uma “ambição regressiva” levantada por Leoni, Pereira e Renó (2003), ou seja, a busca por cargos de menor importância. Note-se que por trás da teoria da ambição sempre

existe a noção, ainda que implícita de que existe em cada sistema político uma hierarquia de cargos.

Black (1970) é um dos que desenvolvem a teoria da ambição política relacionada à profissionalização política. Este autor nos ensina que o profissional da política deve ser definido, como em qualquer outro ramo de atividade econômica, pela aderência por parte do indivíduo, de um conjunto de valores prevalente no campo de atuação, de modo, que estes princípios passem a pautar a ação individual neste meio.

Estes valores podem variar dependendo de cada ramo de atuação, e também em tempo e lugar. Mas no caso da política existe um fator unívoco para distinção entre amadores e profissionais: o grau de ambição que um e outro tem em adotar os valores do grupo profissional. Isso se sobreporia até mesmo em meios onde há um padrão homogêneo de socialização prévia.

Assim sendo, a ambição pode ser medida pela aderência ao valor mais característico da política como campo de atuação profissional: a postura positiva do indivíduo frente ao ato de barganhar. Por consequência, isso faria com que profissionais tendam a adotar uma posição positiva também referente a trocar de um cargo político a outro.

Por todo este desprendimento individual, necessário na capacitação para a permanência no campo de atuação, é que a teoria hegemônica sobre profissionalização política considera haver uma tendência daquele que se dedica a uma atividade a fazê-lo de modo integral e continuado.

Cudznowski (1975, citado por PERISSINOTTO e VEIGA, 2014) diferencia três tipos ideais: 1- O político ocasional; 2- Aquele que tem a política como segunda profissão; e 3- Aquele que tem na política sua profissão principal.

Neste aspecto, existe a dificuldade de estabelecer a profissão principal dos senadores imperiais, já que no período, as limitações à cidadania faziam com que os indivíduos aptos a ocuparem cargos políticos, principalmente aqueles capacitados para o Senado, também tivessem muitas oportunidades de obtenção de renda, o que fazia com que se ocupassem de variadas atividades econômicas ao mesmo tempo (DOLHNIKOFF, 2011).

Dogan (1999) segue esta mesma linha que busca relacionar as condições para a entrada e profissionalização na política com as ocupações de origem dos políticos. Segundo o autor, ocupações de cunho mais intelectual, principalmente profissionais liberais facilitariam o acesso a postos políticos. Este autor enfoca mais o tipo de treinamento oferecido por estas ocupações e suas similaridades com a atividade política, sem esquecer-se de um fator mais importante já presente em Weber, que é a disponibilidade de tempo que as diferentes

ocupações proporcionam ao indivíduo tanto nas tarefas de campanha quanto ao exercício da atividade política propriamente dita.

Fiorina (1994, citado por OLIVEIRA, 2009) invertendo a lógica, se propõe a falar dos parlamentos, que seriam mais amadores na medida, que admitem indivíduos oriundos de grupos ocupacionais que possibilitam conciliar a atividade política com o exercício da profissão: empresários, profissionais liberais e principalmente advogados. Enquanto os parlamentos profissionalizados tenderiam a adotar outra lógica de funcionamento que obrigaria o político a dedicar-se exclusivamente à política.

Um fator importante que impede a operacionalização deste conceito é a dificuldade em conhecer as características das profissões na época. E como poderia ser enquadrado neste critério as principais ocupações dos que se tornaram políticos no período? A saber: Servidores públicos, Magistrados (muitas vezes com cargos “políticos” não parlamentares) e Proprietários rurais. Ou seja, quanto prescindíveis ou não eram os senadores imperiais de suas ocupações originárias? Para complicar ainda mais, vejamos como este aspecto foi tratado por Weber:

Ni El obrero ni – y esto debe tenerse muy en cuenta- El empresario, especialmente el moderno empresario en gran escala, son económicamente prescindibles en este sentido. Pues es precisamente el empresario que está ligado a su empresa y, en consecuencia, no es prescindible. Ello es mucho más válido para el empresario industrial que para el empresario agrícola. Considerando el carácter estacional de la agricultura. En general, al empresario le resulta muy difícil hacerse representar por otra persona en su empresa, ni si quiera temporalmente. Es tan poco prescindible el médico, y cuanto más eminente y ocupado, menos prescindible es. Por razones puramente organizativas, al abogado le resulta más fácil ser prescindible. (WEBER, 1985, p. 20).

A respeito disso, Carvalho (2007) faz uma observação que aproxima a proposição a nosso objeto de análise, por se tratar de um regime que se encontra em um ponto de transição de um Estado menos liberal a um mais liberal.

Weber parece não distinguir entre o papel dos juristas e o dos advogados. A distinção, no entanto, é esclarecedora. Os juristas estavam para os Estados absolutos como os advogados estavam para os Estados liberais. Não foi por acaso que advogados estiveram desde cedo presentes na política inglesa e sobretudo na americana, ao passo que pouco se distinguiram na França, e ainda menos na Prússia e em Portugal. Os advogados eram fruto da sociedade liberal e quanto mais forte esta, tanto maior sua influência e mais generalizada sua presença. Os juristas, no entanto, sobretudo os de tradição romana, preocupavam -se mais com a justificação do poder real e com a montagem do arcabouço legal dos novos Estados. Daí também terem sido os países menos liberais os que se caracterizaram pelos grandes códigos legais, ao passo que Inglaterra e Estados Unidos ficaram conhecidos pelo maior peso do direito consuetudinário, a *common law*. (CARVALHO, 2007, p. 36)

Desta forma, ainda que aqui não se possa dar uma resposta definitiva para essa questão, pois parece que ser necessário uma análise qualitativa caso a caso, explorar o modo como era composto em termos ocupacionais o Senado no Brasil Império pode revelar pistas se estes atores tomavam, ou não, a política como uma atividade profissional.

Oliveira (2009) aplica um modelo baseado em Pedersen (1977), que comporta quatro indicadores: 1- *Permeabilidade*; 2- *Volatilidade*; 3- *Continuidade*; 4- *Segurança na carreira*. Ainda que seja um modelo muito útil para analisar as variadas dimensões da profissionalização política, as especificidades do Senado Imperial impedem que seja totalmente aplicado.

Volatilidade diz respeito à renovação dos políticos de um determinado cargo. Mas, por haver sido o cargo de senador vitalício, não faz sentido, já que eleições eram realizadas, via de regra, para substituir um senador que falecia. Excluindo casos residuais, que não passam de seis em todo o Império, de políticos que foram afastados ou pediram licença do cargo. Esse mesmo motivo invalida a dimensão da *Segurança na carreira*, que basicamente procura medir aqueles políticos que se aposentaram no cargo. *Continuidade* não faz sentido já que o conceito procura captar se o cargo era ou não, visto como um posto transitório. Segundo a literatura, ainda que pudesse não ser o único ponto final de uma carreira bem sucedida, era com certeza um cargo estacionário. Além disso, as regras permitiam que os Senadores ocupassem simultaneamente cargos de primeiro escalão como Conselheiro de Estado e Ministro.

Oliveira (2009) nos atenta sobre a grande dificuldade em estabelecer indicadores para medir o quanto a profissionalização explica a entrada de políticos em cargos, visto que existem impedimentos de natureza legal, outros de tipo informal, como de *status*, por exemplo. Não desconsiderando em absoluto esta questão, entendo que ela vale para a maior parte dos cargos, na maior parte dos sistemas políticos, porém no caso do Senado no Brasil Império, o universo de elegíveis era extremamente restrito, como foi tratado anteriormente. Está claro que o recrutamento se dava em uma “ilha de letrados”, nas palavras de Carvalho (2007), que além de serem praticamente os únicos formalmente aptos a ocupar cargos políticos, eram também, em relação à população geral, *notáveis*.

Além disso, na maior parte dos sistemas políticos, até onde sabemos não existem restrições formais quanto ao nível de *expertise* política. Neste sentido, quando se constata que este é um atributo valorizado, não se torna em si mesmo um impedimento informal a novatos?

Relacionando as proposições de Oliveira (2010) com as dimensões usadas em Oliveira (2009), entendo que a *Permeabilidade* do cargo pode ser analisada por meio da observação sistemática da carreira desses políticos, por isso um indicador viável de ser operacionalizado.

Este indicador, além de revelar algo sobre a dimensão *institucional* da profissionalização política, pois pode mostrar o grau de facilidade que um aspirante ao Senado Imperial tinha em aceder ao cargo. Toca também no aspecto *individual*, ou seja, a predominância de profissionais da política no cargo. Além disso, de certa maneira, fala do lado *motivacional* dos indivíduos: a ambição por cargos.

4 METODOLOGIA

O procedimento empírico desta dissertação é baseado na *Prosopografia*, caracterizada por Stone (2011) como a investigação que objetiva o conhecimento de características comuns de indivíduos componentes de um determinado grupo. Isso se dá por meio do estudo coletivo das biografias individuais, enfocando variáveis como: nascimento, morte, casamento, família, origens sociais, educação, ocupação, religião, carreira política, etc. É comum ainda, a busca de correlações entre estas e outras variáveis externas. No decorrer desta seção, exponho de modo pormenorizado as justificativas de tratar apenas a *carreira política* em detrimento a variáveis que compõem do que chamamos *perfil social*.

O trabalho busca padrões na carreira política dos senadores no Brasil Imperial. Ainda que alguns fatores limitaram a coleta de dados, como, por exemplo, a impossibilidade de entrevistar este grupo que viveu no passado, há de se ressaltar a confiabilidade dos dados de carreira que disponho.

Sendo que a cúpula da burocracia se confundia com o Estado¹⁰, vamos considerar estes cargos na análise da carreira prévia dos senadores. Carvalho (2007) no mostra que, juntando as burocracias militar, civil e eclesiástica, um grupo de pouco mais que 350 pessoas era a fonte de recrutamento para os principais cargos políticos.

Os dados foram coletados em fichas biográficas dos senadores imperiais produzidas pelo PRODASEN (Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal), órgão responsável pelo arquivo do Senado.

O universo da análise são 236 indivíduos que foram nomeados ao Senado da 1ª legislatura (1826-1829) até a 20ª (1886-1889). São, portanto, indivíduos que ingressaram ao cargo ao longo de 63 anos. Todo este tempo teoricamente teria feito com que houvesse grandes diferenças os políticos cada período. (CARVALHO, 2007). O que teoricamente deve refletir em distintos padrões de carreira. Por isso, surgiu a necessidade de estabelecer um parâmetro temporal para a análise os senadores foram separados por *Geração de ingresso ao Senado*. Outro motivo é que se espera um incremento na média do *Tempo médio de carreira* e *Número médio de cargos* ocupados anteriores ao Senado, pela simples passagem do tempo. Além disso, pelo menos teoricamente se espera que a institucionalização do sistema político

¹⁰Para Carvalho (2007) esta não é uma característica apenas deste sistema econômico, seria comum a todas as experiências em que houve capitalismo retardatário ou frustrado. Porém, o autor se distancia de visões que atribuíam uma importância exacerbada à burocracia na administração, como é o caso de Faoro, que a via como um estamento, em torno do qual orbitava todas as instituições. Ao mesmo tempo, discorda de que era totalmente subordinada aos proprietários rurais.

imperial haja consolidado uma estrutura de oportunidades de cargos políticos. Assim, não se espera, por exemplo, que os parlamentares da primeira legislatura tenham grande experiência, já que o sistema político estava recém-inaugurado.

As *Gerações de ingresso ao Senado* foram categorizadas com base na periodização cunhada por Carvalho (2007). A lógica usada pelo autor está pautada na institucionalização do regime imperial. Nesta passagem o autor faz colocações que se encaixa perfeitamente à presente pesquisa:

(...) algo sobre o problema da periodização. O Império durou 67 anos, período suficientemente longo para permitir mudanças importantes na composição da elite. Daí a necessidade de subdividi-lo a fim de se poder detectar essas modificações. Adotamos subdivisão em cinco períodos, procurando localizar os cortes em momentos politicamente importantes. Alguns desses momentos são mais fáceis de justificar, outros menos. Há divergência entre os autores quanto à periodização, mas o problema não é de importância tão vital para o presente trabalho a ponto de justificar discussão mais profunda. O importante é permitir pela análise diacrônica detectar o aparecimento de possíveis mudanças (CARVALHO, 2007, p.58)

Assim, seguindo as orientações de Carvalho, a separação dos períodos ficou do seguinte modo: A “Geração 1” são aqueles senadores que ingressaram durante o Primeiro Reinado (1822-1831). A “Geração 2” são a dos senadores que foram eleitos e nomeados durante o período regencial (1831-1840). A “Geração 3” são os senadores que ingressaram no período denominado por Carvalho como “Consolidação” (1840-1853). A “Geração 4” corresponde ao “Apogeu” do regime imperial (1853-1871). Por fim, a “Geração 5” engloba aqueles que chegaram ao cargo já no período de “Declínio e Queda” (1871-1889).

Além de variações entre as gerações, também é considerada a hipótese de que existem diferenças significativas na carreira dos senadores dependendo da região que se encontra a província pela qual se elegeram. Dolhnikoff (2003 e 2005), Vargas (2011) e Graham (1997) sugerem que as elites políticas regionais são relevantes para explicar a formação do Senado imperial, o que parece ser coerente com a realidade de um Estado que ainda carecia de alcance territorial.

Foco exclusivamente nas variáveis da carreira dos senadores, ao invés de incluir também o perfil social, como faz Massia (2013)¹¹. Estudo este, que serviu de parâmetro empírico, oferecendo novas variáveis e corroborando a importância de outras que já havia cogitado. No capítulo dedicado ao perfil social no estudo de Massia, o autor se debruça sobre

¹¹Massia (2013) estuda o perfil social e a carreira política dos governadores brasileiro, entre 1994 e 2010. Do perfil analisa: gênero, faixa etária, escolaridade e ocupação de origem. E da carreira, os cargos públicos ocupados antes da chegada ao cargo de governador estadual, além de cargos de liderança nos partidos e casas legislativas.

as seguintes variáveis: 1) Gênero; 2) Faixa Etária, 3) Grau de Instrução; e 4) Profissão de Origem. Para além dos motivos teóricos relacionados ao conceito de profissionalização política, nada impediria que se fizesse a análise exploratória de variáveis do perfil social dos senadores, porém as especificidades do objeto torna esta análise infrutífera.

O motivo de não abordar o *Gênero* dos senadores imperiais é que mulheres não tinham direitos políticos em nenhuma circunstância, como já tratei anteriormente até mesmo escravos homens libertos tinham mais direitos que as mulheres livres (DOLHNIKOFF, 2011). O *Grau de instrução* não seria desnecessário, mesmo tendo Carvalho (2007) comprovado que a elite imperial como um todo possuía curso superior, especialmente na Universidade de Coimbra. Poderia aqui testar esta informação, não fosse o fato de que na fonte estas informações estão incompletas.

A variável *Ocupação de origem*, assim como *Faixa etária*, aqui serão tomadas como indicadores de profissionalização política. Como já exposto anteriormente, as relações entre a profissão de origem e a carreira política é um importante indicador de profissionalização política (FIORINA, 1994; WEBER, 1985; DOGAN, 1999; OLIVEIRA, 2009).

As fichas biográficas dos senadores traziam quase sempre mais de uma ocupação, as vezes até quatro, que, conforme Dolhnikoff (2011), eram exercidas de modo simultâneo. Por isso, diante da dificuldade em dizer, qual era a ocupação principal exercida por estes indivíduos, optei por tomar aquela que na fonte foi listada primeiro.

A ordem do procedimento empírico obedece a um sentido que vai de aspectos mais gerais das carreiras até variáveis que detalham o caminho percorrido pelos políticos até a entrada no Senado. E todos os dados apresentados são cruzados apenas com a variável *Geração de ingresso ao Senado*, já que os cruzamentos com a variável *Região do Império* demonstraram não haver diferenças significativas nos perfis de carreira dos senadores eleitos por províncias de diferentes pontos do território.

A princípio, trato do *Tempo médio de carreira prévia ao Senado* (calculado a partir da subtração do ano de saída do último cargo antes do Senado pelo ano da entrada no primeiro cargo da carreira). Em seguida, apresento o *Número médio de cargos prévios ao Senado*. Em ambos os procedimentos exponho, além da média, a mediana e o desvio padrão com o objetivo de ponderar a média.

Na sequência está a variável *Nível de experiência nas esferas de poder antes do Senado*, que mede se os senadores passaram pelos níveis municipal, provincial e imperial e as possíveis combinações entre estas esferas de poder. Na tentativa de reconstruir a carreira dos senadores imperiais surgiram duas possíveis variáveis mobilizadas por alguns autores, dentre

eles Massia (2013). A primeira trata-se da *Natureza da carreira prévia ao Senado* (apenas de cargos de nomeação; apenas de cargos eletivos ou ainda carreira mista destes dois tipos de cargos).

A segunda é uma especificação da primeira, trata-se da *Natureza da carreira eletiva prévia ao Senado* (apenas cargos executivos; apenas cargos legislativos, ou carreira mista nestes dois tipos). Porém, no sistema político imperial, não havia cargos executivos eletivos. Apenas um cargo além dos legislativos era eletivo, o de Juiz de Paz. Então, optei por categorizar a variável do seguinte modo: apenas cargos legislativos; apenas Juiz de Paz; ou carreira mista destes dois tipos de cargos.

Seguindo com o intuito de detalhar ainda mais a carreira, apresento alguns cargos chaves no caminho de um político: o *Primeiro cargo*, ou seja, o posto pelo qual o indivíduo ingressou na política formal; o *Primeiro cargo eletivo* (se já o primeiro cargo da carreira eletiva, ou se não, quantos cargos de nomeação houveram antes do primeiro eletivo); e o *Cargo imediatamente anterior ao Senado*.

Na sequência, meço quanto dos senadores passaram pelos principais cargos do período: deputado geral, presidente de província, ministro e conselheiro de Estado. No caso do cargo de conselheiro de Estado, além de medir quantos senadores passaram pelo cargo, também meço quantos foram antes do Senado e quantos foram depois. O propósito é dar uma resposta à divergência entre Leite (1978), para quem o Senado era o ápice da carreira política e Martins (2006) para quem, o cargo culminante de uma carreira política bem sucedida era o Conselho de Estado.

O estudo de Massimo e Costa (2014) é outra referência metodológica para este estudo¹². Ainda que o interesse desta pesquisa não seja fazer uma comparação entre o Brasil imperial e a Primeira república, este trabalho pode ser consultado como parâmetro de alguns dos dados que apresentamos. Principalmente os critérios usados no indicador *Tipo de carreira prévia ao Senado* (que congrega o *Tempo médio de carreira prévia ao Senado*; o *Número médio de cargos prévios ao Senado*; e o *Nível de experiência nas esferas de poder antes do Senado*), que apresento em um gráfico de barras.

Quando operacionaliza o conceito de *Permeabilidade*, Oliveira (2009) se ocupa em

¹²Em *Aumentando o campo para jogar: circulação política entre Senadores brasileiros durante a Primeira República* é verificado se existe relação entre o advento da república e os padrões de carreira prévia dos senadores da 21ª legislatura até a 37ª. Uma de suas principais conclusões é que as carreiras políticas na mesma medida em que se tornaram mais longas ao longo do período, também se diversificaram em termos de cargos, e esse comportamento é interpretado no sentido da profissionalização política, tanto dos atores políticos, como do parlamento. Baseados em Leite (1978), os autores nos demonstram ainda, que em termos de carreira política a transição do Brasil Império para a Primeira República é marcada mais por continuidades do que rupturas.

medir a idade dos políticos ao aceder o cargo. Isso se deve a um motivo muito simples: indivíduos com pouca idade têm, obviamente, menos possibilidades de ter carreira longa. Além de, é claro, de fatores simbólicos que podem ser acrescentados, como o fato da idade estar relacionada no imaginário com o grau de experiência do indivíduo. Por isso, na mesma direção de Oliveira (2009), apoiado em Pedersen (1977) entendo a necessidade de analisar a idade dos indivíduos no momento em que estes ingressam ao cargo de senador.

Por isso, trabalho com a *Faixa etária dos senadores no ingresso ao Senado*. Na sequência do mesmo modo, trato do *Tempo que ocupou o cargo de Senador*. Para finalizar estão os dados sobre a *Ocupação de origem* e a quantidade de *Senadores que exerciam ocupações simultâneas*.

5. A CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES NO BRASIL IMPÉRIO

Este capítulo é dedicado à descrição e análise dos dados da carreira política dos senadores durante todo o Brasil Império. Alguns dados apresentados ao final do capítulo, como: *idade*, *ocupação de origem*, e *ocupações simultâneas* não necessariamente compõem a variável carreira política, mas como já mencionado, são diretamente relacionados ao conceito de profissionalização política. Em cada tabela apresentada, segue a análise do mesmo. Em alguns casos, foi mais conveniente apresentar a análise de mais de um cruzamento ao mesmo tempo.

No (ANEXO 1) apresento uma lista em ordem alfabética de todos os cargos considerados na mensuração da carreira pregressa dos políticos que chegaram ao Senado durante todo o Brasil Império. A opção por este modo de ordenamento é justificada, principalmente pelos limites do trabalho. Já que a dificuldade em expor estes dados de forma mais inteligível, como por exemplo, organizando-os por área na administração, demandaria muito tempo e estudo dedicado ao conhecimento das atribuições de cada cargo, visto que, além de haver muitos cargos que não existem mais, a natureza de muitos que seguem existindo dista muito do que imaginamos se tomarmos como parâmetro seus congêneres atuais.

Considerando imprecisões normais que qualquer fonte pode apresentar, e diante do risco de perder dados, escolhi respeitar ao máximo a nomenclatura encontrada nas fontes. Ao mesmo tempo, na medida do possível, evitou-se que nesta lista houvesse cargos duplicados. Quero dizer, nomes que figuram como cargos em si, mas que na verdade já foram considerados, porém com um nome distinto.

Sem me deter na análise desta lista, faço apenas um comentário geral: a estrutura de oportunidades de cargos políticos era bastante ampla.

Assim sendo, e considerada a possibilidade de que os políticos imperiais, como um todo, e especificamente os que chegaram ao Senado tinham uma ampla gama de cargos a serem ocupados. O passo seguinte é entender a dimensão do tempo de carreira, e da passagem por cargos políticos na trajetória dos que alcançaram um posto no Senado.

5.1 A EXTENSÃO DA CARREIRA

Neste sentido, na (TABELA 1) apresento o *Tempo médio de carreira prévia ao Senado por Geração de ingresso ao Senado*, e na (TABELA 2) o *Número médio de cargos*

prévios ao Senado por Geração de ingresso ao Senado.

TABELA 1 – TEMPO MÉDIO DE CARREIRA PRÉVIA EM ANOS AO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO

<i>Geração de ingresso ao Senado</i>	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	N
1	12,84	7	2,114	42
2	8,8	12	1,566	24
3	14,78	16	2,380	36
4	22,9	21	3,420	40
5	22,2	22	2,8	41
<i>Total</i>	16,3	17	3,10	183
<i>Missing</i>				53 (22,4 %)

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

TABELA 2 – NÚMERO MÉDIO DE CARGOS PRÉVIOS AO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO

<i>Geração de ingresso ao Senado</i>	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	N
1	10,52	4	1,581	52
2	7,42	5	1,034	28
3	14,09	7	1,289	39
4	22,09	8	2,068	53
5	16,23	6	1,735	50
<i>Total</i>	14,8	6	2,629	222
<i>Missing</i>				14 (5,9 %)

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

Na primeira geração de senadores, a média de tempo de carreira política era de 12,84 anos e 10,52 cargos¹³. Na segunda geração, os números diminuem para 8,8 anos de carreira e 7,42 cargos, voltando a subir na terceira, apresentando 14,78 anos e 14,09 cargos. Nas duas últimas gerações, encontramos números maiores que os das 3 gerações anteriores: 22,9 anos na quarta geração e 22,2 na última; quanto ao número de cargos, 22,09 e 16,23, respectivamente. Ainda que haja um incremento considerável quando comparamos a primeira e a última geração, o que mais nos chama atenção é que os senadores já na primeira

¹³Podemos observar que no primeiro cruzamento houve 53 *missing* (casos ausentes), sendo 22,4 % do total. Enquanto na segunda, 14 destes casos (5,9 %). No caso do segundo cruzamento (assim como de vários outros que se seguirão) este número se deve ao fato de não constar dados de carreira nas fichas biográficas que serviram de fonte. Já no caso do primeiro cruzamento, o motivo do número de *missing* ser maior é que além dos 14 “sem dados”, temos outros 39 casos que não constava ou a data de entrada no primeiro cargo, ou a data de saída do último cargo antes do Senado.

legislatura apresentavam grande experiência. Diferente ao esperado, não encontramos um padrão ascendente nestas variáveis proporcional à passagem do tempo.

5.2 A EXPERIÊNCIA NOS DIFERENTES NÍVEIS DE PODER

A (TABELA 3), apresenta uma importante variável para a análise da *expertise* dos senadores: *Nível de experiência anterior ao Senado*. Que é cruzada pela *Geração de ingresso ao Senado*. Uma análise geral basta para evidenciar que possuir experiência em todos os níveis de poder (Município, Província e Império) é uma característica importante para os senadores imperiais, principalmente a partir da terceira geração de ingressantes.

TABELA 3 - NÍVEL DE EXPERIÊNCIA NAS ESFERAS DE PODER ANTES DO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO

<i>Geração de ingresso ao Senado</i>	<i>Nível de experiência anterior ao Senado</i>									
		Se m carre ira prévi a	Municí pio	Provín cia	Impé rio	Municí pio e Impéri o	Provín cia e Impéri o	Municí pio e Provínci a	To d o s nível is	To tal
1	N	7	0	4	19	7	7	1	7	52
	%	13,5	0,0	7,7	36,5	13,5	13,5	1,9	13,5	100
2	N	0	0	0	8	4	9	1	6	28
	%	0,0	0,0	0,0	28,6	14,3	31,8	3,6	21,4	100
3	N	4	0	3	2	1	1	1	1	39
	%	10,3	0,0	7,7	5,1	2,6	2,6	2,6	2,6	100
4	N	4	0	1	4	5	1	0	2	53
	%	7,5	0,0	1,9	7,5	9,4	1,9	0,0	3,8	100
5	N	6	1	1	10	2	1	0	1	50
	%	12,0	2,0	2,0	20,0	4,0	2,0	0,0	2,0	100
<i>Total</i>	N	21	1	9	43	19	5	3	6	222
	%	9,5	0,5	4,1	19,4	8,6	2,3	1,4	2,7	100

		6	4	2
<i>Missing</i>	N			1
	%			4
				5,
				9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BASIL (NUSP/UFPR)

Também é importante notar, o número daqueles que não possuíram carreiras anteriores ao Senado: a categoria *Sem carreira prévia*, que representa apenas 9,5 % do total. Denotando ser um cargo pouco permeável a novatos. Entre os que entraram na segunda geração nem havia novatos, e quando comparamos as demais gerações não notamos grandes oscilações. Ainda que em princípio teoricamente esperássemos que a primeira geração fosse composta por políticos com menos experiência.

Possuir carreira apenas no âmbito municipal claramente não credenciava um político

a ocupar o cargo de Senador. O único caso é o do cearense Liberato de Castro Carreira. Curiosamente este político teve 36 anos de carreira prévia ao Senado ocupando apenas 6 cargos de nível municipal, são eles: Substituto do Juiz de Direito Municipal, Provedor de Saúde do Porto de Ceará, Juiz de Direito Municipal e de Órfãos, Juiz de Direito Municipal e de Órfãos, Juiz de Direito Municipal e de Órfãos, Juiz de Direito Municipal e de Órfãos.

Há de se salientar, que apesar de ocupar principalmente cargos “jurídicos”, Castro Carreira era médico de formação e profissão prévia à política. Isso dá uma dimensão da complexidade em analisar os cargos da época com base em suas atribuições e atuais, logo, em pensar nos atributos necessários para se ocupar cada cargo.

Ter experiência apenas na Província tampouco era suficiente. Passar por cargos nas esferas municipal e provincial não mudava muita coisa. Aliás, do total de senadores ao longo de todo o período tem mais relevância o grupo dos que passaram apenas por cargos provinciais, representando, 4,1% do total dos que ocuparam cargos nestes dois níveis, que são apenas 1,4%.

Neste sentido, era mais comum o político que saltava do nível municipal direto ao imperial, sendo 8,6 % do total. Sendo que neste grupo tiveram mais relevância nas duas primeiras gerações: 13,5 % na primeira, e 14,6 % na segunda geração de ingresso.

Ainda que passar por cargos no nível da Província e do Império figure como algo importante, com um padrão crescente no decorrer dos períodos, sendo inicialmente 13,5 % do total, tendo seu ápice na quarta geração de ingresso: 34 %; e significando 26,6 % no total ao longo de todo o Império. De longe, se contarmos período a período a categoria “Todos os níveis” é a mais importante representa 30,2 % do total geral, e apenas nas duas primeiras gerações não foi a majoritária.

Na primeira geração esta categoria representou 13,5 % do total o mesmo número daqueles que passaram apenas por “Município e Império” também daqueles que passaram por “Província e Império” e dos que não tinham carreira.

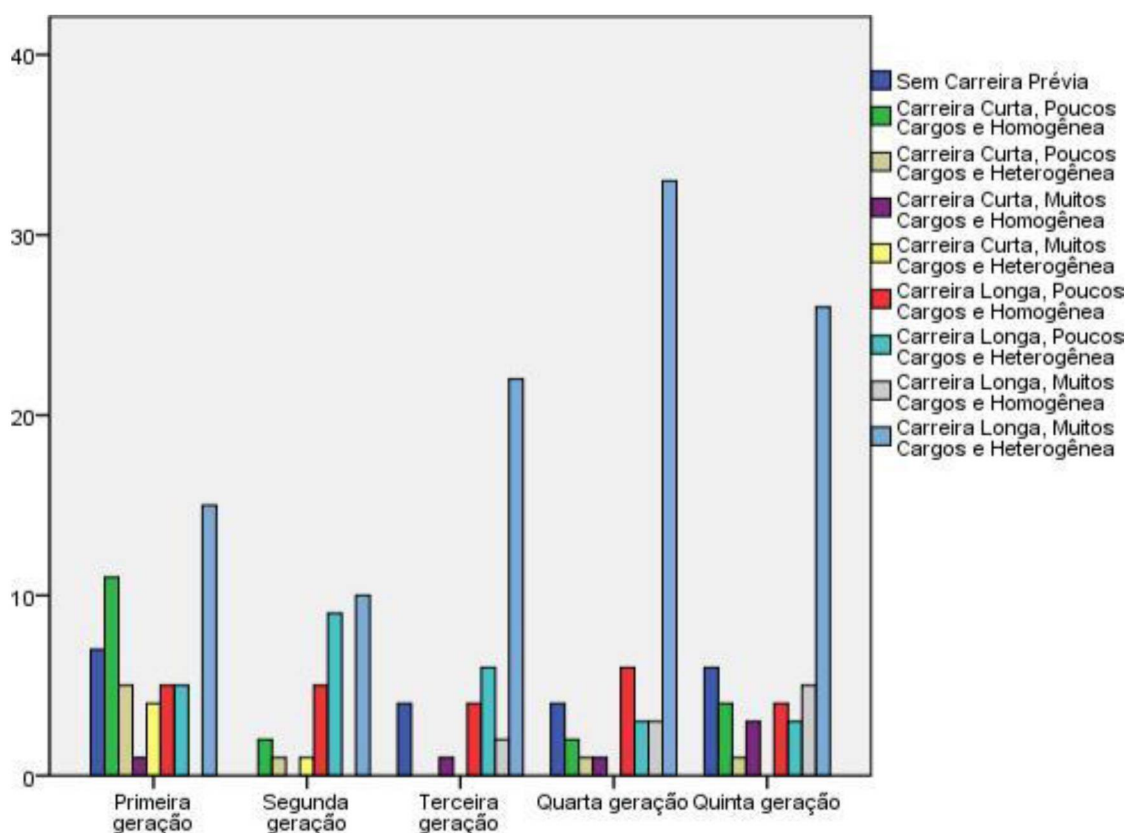
Na primeira Geração de Ingresso os que ocuparam cargos apenas no nível do Império foram 36,5 % do total e tiveram sua importância diminuída com o passar do tempo sem deixar de ser um grupo relativamente importante, representando 19,4 % do total ao longo das gerações de ingresso. O que parece lógico, já que com o regime recém inaugurado não existiam a maioria dos cargos provinciais e municipais.

Por isso a formação da classe política se deu com aqueles indivíduos que tinham influência no centro do Império. E com o passar dos anos, acompanhando o aumento do alcance do Estado pelos diferentes pontos do território, abriu a oportunidade de políticos

influentes nas esferas regionais.

No (GRÁFICO 1), são apresentados os *Tipos de carreira* relacionada à *Geração de ingresso ao Senado*. As carreiras foram categorizadas em oito tipos, com base no *tempo de carreira*, *número de cargos*, ambos prévios ao Senado, e ocupação de cargos em um ou mais níveis de poder (local; provincial; e imperial), ficando da seguinte forma: 1- *carreiras curtas, com poucos cargos e homogêneas*: até cinco anos de experiência, com até cinco cargos ocupados em apenas um nível de governo; 2- *carreiras curtas, com poucos cargos e heterogêneas*: até cinco anos de experiência, com até cinco cargos ocupados em mais de um nível de governo; 3- *carreiras curtas, com muitos cargos e homogêneas*: até cinco anos de experiência, com mais de cinco cargos em apenas um nível de governo; 4- *carreiras curtas, com muitos cargos e heterogêneas*: até cinco anos de experiência, com mais de cinco cargos em mais de um nível de governo; 5- *carreiras longas, com poucos cargos e homogêneas*: mais de cinco anos de experiência, com até cinco cargos ocupados em apenas um nível de governo; 6- *carreiras longas, com poucos cargos e heterogêneas*: mais de cinco anos de experiência, com até cinco cargos ocupados em mais de um nível de governo; 7- *carreiras longas, com muitos cargos e homogêneas*: mais de cinco anos de experiência, com mais de cinco cargos ocupados em apenas um nível de governo; e 8- *carreiras longas, com muitos cargos e heterogêneas*: mais de cinco anos de experiência, com mais de cinco cargos em mais de um nível de governo.

GRÁFICO 1- TIPOS DE CARREIRA PRÉVIA AO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO



FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

Apesar da grande fragmentação dos dados, o χ^2 do cruzamento é de 60,126 (sig= 0,001), isso significa que está acima do limite crítico, que é de 43,773. Isso indica haver associação entre as duas variáveis. Para os fins do teste da principal hipótese desta dissertação, poderíamos considerar que todos os tipos de carreiras longas são profissionalizados. Em todas as gerações, exceto a primeira, carreiras longas representam mais de 90% do total.

Em vista disso, para tornarmos as evidências mais significativas, consideremos apenas o grupo daqueles que possuíam “carreira longa, com muitos cargos e heterogênea”, o tipo de carreira que denota grande experiência, por conseguinte a que denota ter a maior ambição política. Esta categoria representa 60,7 % do total. Em todas as gerações é a categoria que concentra os maiores números, sendo: 41,7% na primeira geração; 42,3% na segunda; 63% na terceira; 76,2% na quarta; 77,8% na quinta e 73,1% na última.

Os números demonstram também haver um incremento desta categoria com o avançar das gerações, exceto por um pequeno decréscimo na última geração. Porém, não é gradual, o que nos induz a pensar não ser evidência suficiente que este aumento esteja

ancorado na passagem do tempo como esperado. O que sim está claro, é que a única geração que apresenta valores significativos para carreiras curtas é a primeira geração, com os valores 19,4% para o tipo de carreira 1; 11,1% para o tipo 2 e 5,6% para o tipo 4 (o tipo 3 não está representado na distribuição, visto que é menos provável, por serem “carreiras curtas, com muitos cargos e homogênea”. O decréscimo nas carreiras curtas tampouco varia com relação a passagem do tempo.

Apenas a primeira geração apresentou números baixos, às vezes próximos a 0,0 %. O que induz a pensar que apenas na primeira legislatura, em que havia um nível mais baixo de institucionalização do regime, se admitia indivíduos inexperientes no cargo de senador. A análise do resíduo padronizado indica que há associação entre ter carreira curta (de todos os tipos) e ser da primeira geração, o que não significa que a maior parte dos indivíduos teve carreira curta, pelo contrário.

5.3 A NATUREZA DA CARREIRA PRÉVIA AO SENADO

A (TABELA 4) traz a *Natureza da carreira prévia ao Senado*, que mede se os senadores ocuparam apenas cargos eletivos, apenas cargos de nomeação, ou se tiveram uma carreira que mesclava cargos destes dois tipos.

TABELA 4- NATUREZA DA CARREIRA PRÉVIA AO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO

Geração de ingresso no Senado	Natureza da carreira prévia ao Senado					Total
	Sem Carreira	Apenas Cargos de Nomeação	Apenas Cargos Eletivos	Carreira Mista		
1	N	7	19	5	21	52
	%	13,5	36,5	9,6	40,4	100
2	N	0	4	6	18	28
	%	0,0	14,3	21,4	64,3	100
3	N	4	3	2	30	39
	%	10,3	7,7	5,1	76,9	100
4	N	4	0	3	46	53
	%	7,5	0,0	5,7	86,8	100
5	N	6	5	6	33	50
	%	12,0	10,0	12,0	66,0	100
Total	N	21	31	22	148	222
	%	9,5	14,0	9,9	66,7	100
Missing	N					14
	%					5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

Os cargos de nomeação na primeira geração representaram 36,5 % do total. Nas gerações subseqüentes temos um decréscimo considerável desta categoria, a ponto de serem 0,0 % na quarta geração e representar apenas 14 % do total considerando todo o período.

Aqueles que ocuparam apenas cargos eletivos ao longo de todo o regime imperial representaram apenas 9,9 %. Tendo sua maior importância relativa na geração dois, quando representou 21,4 % dos eleitos no período, mesmo assim, longe de ser a categoria mais importante. Neste período aqueles que tiveram carreiras somaram 64,3 %. Com certeza podemos afirmar que entre os senadores no Brasil Império havia predominância de indivíduos que ao longo de suas carreiras ocuparam tanto cargos eletivos quanto de nomeação.

A (TABELA 5) apresenta a *Quantidade de cargos de nomeação antes do primeiro cargo eletivo da carreira dos senadores pela Geração de Ingresso ao Senado*.

A importância desta informação se deve ao fato de que a variável analisada anteriormente, que mede a natureza da carreira em termos da forma de seleção se por nomeação ou por eleição, não mede realmente o peso de cargos eletivos na maior parte das carreiras.

A (TABELA 5) mostra mais claramente o papel de cargos eletivos nas carreiras políticas que levaram ao Senado, um cargo também eletivo. Como vimos, a maior parte das carreiras combinavam cargos eletivos e de nomeação, ou seja, compunham a categoria “Carreira mista”. E esta categoria considera, por exemplo, até mesmo carreiras que tiveram todos os cargos de um tipo exceto um único cargo do outro tipo. Em princípio, é lógico considerar que cargos eletivos podem ser mais facilmente convertidos como capital na disputa por outros cargos eletivos.

TABELA 5 - QUANTIDADE DE CARGOS DE NOMEAÇÃO ANTES DO PRIMEIRO CARGO ELETIVO DA CARREIRA DOS SENADORES POR GERAÇÃO DE INGRESSO

Geração de ingresso ao Senado	Quantidade de cargos de nomeação antes do primeiro cargo eletivo												Total
	Primeiro cargo eletivo	1	2	3	4	5	6	7	8	Não ocupou cargo eletivo	Sem carreira prévia ao Senado		
1	N	9	2	7	6	3	0	2	0	0	1	7	52
	%	17,3	3,8	13,5	11,5	5,8	0,0	3,8	0,0	0,0	1,9	13,5	100
2	N	13	2	4	5	2	0	0	0	0	2	0	28
	%	46,4	7,1	14,3	17,9	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1	0,0	100
3	N	11	4	8	1	3	3	0	0	1	3	4	39
	%	28,9	10,3	20,5	2,6	7,7	7,9	0,0	0,0	2,6	7,9	10,5	100
4	N	14	1	1	3	3	4	2	1	1	0	4	53
	%	26,4	1,9	1,9	5,7	5,7	7,5	3,8	1,9	1,9	0,0	7,5	100
5	N	21	5	8	2	1	1	0	0	1	5	6	50
	%	42,0	10,0	16,0	4,0	2,0	2,0	0,0	0,0	2,0	10,0	12,0	100
Total	N	68	24	37	17	12	8	4	1	3	26	21	222
	%	30,8	10,8	16,7	7,7	5,4	3,6	1,8	0,5	1,3	11,7	9,5	100
Missing	N					4				4	8		14
	%					17,8				16,7	35,3		5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

É revelador o fato de que 30,8 % do total dos senadores ao longo do Império tiveram como primeiro cargo em sua carreira um posto político eletivo. Além disso, o número daqueles que ingressaram na carreira política por cargos de nomeação apenas os que ocuparam 1, 2, ou no máximo 3 cargos de nomeação antes do primeiro legislativo tiveram grande relevância ao longo das diferentes gerações.

Ou seja, ocupar logo no início da carreira um cargo eletivo é muito comum entre os políticos que acederam o Senado no Brasil Imperial.

5.4 A TRAJETÓRIA DA CARREIRA POLÍTICA

Na (TABELA 6) apresento o *Primeiro cargo ocupado na carreira dos senadores* por *Geração de ingresso*.

Aqui é importante esclarecer um ponto da categorização. A categoria “Outros cargos”, ainda que seja a que mais concentra os casos, não é analiticamente relevante, considerando que mesmo sendo 112 indivíduos em um universo de 222, estão distribuídos em pouco mais de 80 cargos. É importante frisar que uma grande parcela são cargos no judiciário.

TABELA 6 – PRIMEIRO CARGO OCUPADO NA CARREIRA DOS SENADORES POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO

Geração de ingresso ao Senado	Primeiro cargo na carreira dos senadores							Total
	Outros cargos	Deputado Geral	Deputado Provincial	Juiz de Fora	Presidente de Província	Sem carreira		
1	N 32 % 61,5	4 7,7	0 0,0	6 11,5	3 5,8	7 13,5	52 100	
2	N 12 % 42,9	9 32,1	0 0,0	7 25,7	0 0,0	0 0,0	28 100	
3	N 14 % 35,9	8 20,5	1 2,6	6 15,4	6 15,4	4 10,3	39 100	
4	N 32 % 60,4	9 17,0	4 7,5	1 1,9	3 5,7	4 7,5	53 100	
5	N 22 % 44,0	1 2,4	8 16,0	0 0,0	2 4,0	6 12,0	50 100	
Total	N 112 % 50,5	4 18,9	1 3,9	20 9,0	1 4,3	2 9,5	222 100	
Missing	N %						14 5,9	

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BASIL (NUSP/UFPR)

O cargo de Deputado geral é por onde a maioria dos senadores iniciaram suas carreiras, no agregado de todas as gerações esta categoria significa 18,9%. Passando a ter maior importância a partir da segunda geração.

O segundo cargo mais importante no total é o de juiz de fora. O interessante é notar que enquanto esta categoria decresce o peso dos outros três cargos crescem ao longo das gerações. Isso sugere que começar uma carreira em cargos eletivos passou cada vez mais a ser o caminho dos que chegaram ao Senado. Ao mesmo tempo que reforça a importância de cargos jurídicos no *début* dos políticos que alcançaram o posto de senador. Lembrando que como dito acima a grande maioria dos pouco mais de 80 cargos que compõem a categoria “Outros cargos” eram no âmbito do poder judiciário.

Abaixo, na (TABELA 7), temos o *Cargo imediatamente anterior à entrada no Senado por Geração de ingresso ao Senado*.

TABELA 7 – CARGO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO SENADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO

Geraçã o de ingresso ao Senado	Cargo imediatamente anterior à entrada no Senado								Total
	Se m carre ira prévi a	Deputad o Geral	Minis tro	Deputad o Provinci al	Cargo na Diplomaci a	Conselheiro de Estado	President e de Província		
1	N	7	1	11	0	5	4	9	52
	%	13,5	6,3	21,2	0,0	9,6	7,7	17,3	100
2	N	0	1	6	1	5	0	4	28
	%	0,0	4,2	21,4	3,6	17,9	0,0	14,3	100
3	N	4	1	8	1	1	4	7	39
	%	10,3	4,3	20,5	2,6	2,6	10,3	17,9	100
4	N	4	3	3	1	1	5	5	53
	%	7,5	6,4	5,7	1,9	1,9	9,4	9,4	100
5	N	6	2	7	2	1	4	2	50
	%	12,0	6,5	14,0	4,0	2,0	8,0	4,0	100
Total	N	21	10	35	5	13	17	27	222
	%	9,5	4,6	15,8	2,3	5,9	7,7	12,2	100
Missing	N								14
	%								5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BASIL (NUSP/UFPR)

A última instância política por onde passaram a maioria dos que chegaram ao Senado foi a deputação em nível imperial. Para 46,8% dos políticos este foi o cargo antes de se tornarem senador. Na quarta geração esta categoria concentra ainda mais casos, sendo 64,2% do total desta geração, na quinta geração representou 56 % do total. Nas demais gerações foram entre 30 e 40 %. Depois temos as pastas ministeriais. O cargo de Deputado Provincial se apresenta como sendo o terceiro onde mais se concentraram os casos.

5.5 A CIRCULAÇÃO INTRAEELITE

Nas (TABELA 8, 9, 10, 11) busco medir quantos dos senadores passaram antes do Senado por outros postos apontados por Carvalho (2007) como a elite do Império. (Senadores, Deputados Gerais, Ministros e Conselheiros de Estado). Acrescentamos à elite de Carvalho (2007), o cargo de presidente de província, apontado por Leite (1978) como sendo parte importante do caminho comum dos senadores imperiais, pelo menos nos últimos anos do Império (1870-1889), período tratado pela autora.

Primeiro, é medido a quantidade de senadores que foram antes deputados gerais.

TABELA 8 – SENADORES QUE FORAM ANTES DEPUTADO GERAL POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO

<i>Geração de Ingresso ao Senado</i>	<i>Senadores que foram antes Deputado geral</i>				
		Sem carreira prévia	Não foi Deputado Geral	Foi Deputado Geral	<i>Total</i>
1	N	7	1	26	52
	%	13,5	9,6	50,0	100
2	N	0	5	23	28
	%	0,0	17,9	82,1	100
3	N	4	4	31	39
	%	10,3	10,3	79,5	100
4	N	4	2	47	53
	%	7,5	3,8	88,7	100
5	N	6	5	39	50
	%	12,0	10,0	78,0	100
<i>Total</i>	N	21	17	166	222
	%	9,5	7,7	74,8	100
<i>Missing</i>	N				14
	%				5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

Aqui é notória a importância do cargo de deputado geral na composição das carreiras dos senadores no Brasil Imperial, 74,8% dos senadores passaram ao menos em uma oportunidade pelo posto. Isso reforça os resultados das variáveis que medem o primeiro e último cargo na carreira dos senadores.

É necessário salientar um aspecto observado durante a coleta de dados, que pela limitação deste estudo não foram transformados em indicadores: eram comuns os casos daqueles que passavam muitas vezes pelo cargo ao longo de suas carreiras.

A (TABELA 9) traz o número de senadores imperiais que antes foram presidente de província por *Geração de ingresso ao Senado*.

TABELA 9 – SENADORES QUE FORAM ANTES PRESIDENTE DE PROVÍNCIA POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO

<i>Geração de Ingresso ao Senado</i>		<i>Senadores que foram antes Presidentes de Província</i>			
		Sem carreira prévia	Não foi Presidente de Província	Foi Presidente de Província	<i>Total</i>
1	N	7	34	1	52
	%	13,5	65,4	1,2	100
2	N	0	20	8	28
	%	0,0	71,4	28,6	100
3	N	4	18	1	39
	%	10,3	46,2	2,6	100
4	N	4	27	2	53
	%	7,5	50,9	3,8	100
5	N	6	28	1	50
	%	12,0	56,0	2,0	100
<i>Total</i>	N	21	127	7	222
	%	9,5	57,2	3,3	100
<i>Missing</i>	N				14
	%				5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BASIL (NUSP/UFPR)

Podemos perceber que ser presidente de província não era tão importante quanto o cargo de deputado geral. A maior parte (57,2 %) não passou por este cargo.

Durante a tabulação dos dados, observando as datas de entrada e saída dos políticos nas presidências de província, foi possível perceber que duravam pouco tempo no exercício da função, geralmente entre 3 e 5 meses. Talvez esta característica tornou-se um fator potencial do desinteresse de políticos prestigiosos.

Ao longo das gerações, a passagem pelo cargo se tornou mais comum, mas em nenhum dos períodos o número de senadores que passaram pelo cargo superou os que não passaram.

Foi possível notar também, que era comum um mesmo indivíduo transitar por diversas províncias ao longo de sua carreira, ocupando cargos em geral, e no caso daqueles que foram presidentes de província, a circulação pelo território era maior. O que denota um grande empenho destes atores em suas atividades políticas. Consideremos que o deslocamento naquele período era algo bastante dispendioso.

Uma curiosidade, é que a 66,7 % dos senadores depois de transitarem por todo o país

terminou falecendo no Rio de Janeiro (a capital do Império e sede do Senado). Isso quer dizer que a posição de senador em grande medida determinava a residência dos políticos até o fim da vida, mostrando que, ou esses políticos passavam a exercer suas profissões de origem nos locais por onde passavam, e por fim na capital, ou as deixavam de praticar e prola do exercício da política.

Na (TABELA 10) temos os senadores que passaram pelo cargo de ministro.

TABELA 10 – SENADORES QUE FORAM ANTES MINISTROS POR GERAÇÃO DE INGRESSO

<i>Geração de Ingresso ao Senado</i>		<i>Senadores que foram antes Ministros</i>			<i>Total</i>
		<i>Sem carreira prévia</i>	<i>Não foi Ministro</i>	<i>Foi Ministro</i>	
1	N	7	28	17	52
	%	13,5	53,8	32,7	100
2	N	0	18	10	28
	%	0,0	64,3	35,7	100
3	N	4	19	16	39
	%	10,3	48,7	41,0	100
4	N	4	31	18	53
	%	7,5	58,5	34,0	100
5	N	6	27	17	50
	%	12,0	54,0	34,0	100
<i>Total</i>	N	21	123	78	222
	%	9,5	55,4	35,1	100
<i>Missing</i>	N				14
	%				5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

O resultado para o cargo de ministro da mesma forma que para presidente de província, indica que o cargo não tinha tanta relevância na composição da carreira como o cargo de deputado geral, 35,1 % dos senadores ocuparam pastas ministeriais. Aqui é interessante falar que estes políticos ocupavam variadas pastas e/ou muitas vezes a mesma ao longo de suas carreiras.

No caso da (TABELAS 11), a preocupação não foi somente medir a quantidade de senadores que foram conselheiros de Estado, mas também se aqueles que ocuparam o cargo foram nomeados antes ou depois da nomeação para o Senado. Pelo motivo de que há uma divergência na literatura: Leite (1978), dentre outros, acreditam que o Senado era o cargo

visto como mais importante na estrutura de oportunidades, por outro lado, Martins (2006) considera ser o Conselho de Estado. Ainda que não resolva a questão em definitivo podemos entender entre aqueles que ocuparam os dois cargos, qual veio antes.

TABELA 11 – SENADORES QUE FORAM CONSELHEIROS DE ESTADO POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO

<i>Geração de Ingresso ao Senado</i>	<i>Senadores que foram conselheiros de Estado</i>					<i>Total</i>
	<i>Se m carreira prévia</i>	<i>Não foi conselheiro de Estado</i>	<i>Foi conselheiro de Estado antes de Senador</i>	<i>Foi conselheiro de Estado depois de Senador</i>		
1	N	7	30	12	3	52
	%	13,5	57,7	23,1	5,8	100
2	N	0	18	2	8	28
	%	0,0	64,3	7,1	28,6	100
3	N	4	24	5	6	39
	%	10,3	61,5	12,8	15,4	100
4	N	4	31	7	11	53
	%	7,5	58,5	13,2	20,8	100
5	N	6	28	7	9	50
	%	12,0	56,0	14,0	18,0	100
<i>Total</i>	N	21	131	33	37	222
	%	9,5	59,0	14,9	16,7	100
<i>Missing</i>	N					14
	%					5,9

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BASIL (NUSP/UFPR)

Dos senadores, 31,6 % foram conselheiros de Estado. Ainda que o Conselho tenha ficado extinto de 1834 a 1842, durante o período regencial, que coincide quase que exatamente com a “Geração 2” da periodização que usamos, isso não influenciou demasiado nos números dos senadores que foram conselheiros nesta geração e na seguinte, onde se esperava que pudesse ter um maior impacto. A única coisa que parece haver refletido foi que na “Geração 2” dos 35,7 % que foram conselheiros, 28,6 %, foram depois de chegarem ao Senado.

Do total dos que foram conselheiros (31,6 %), 14,9 % foram antes do Senado e 16,7

% depois. O que a princípio faz parecer que a ordem dos cargos na hierarquia de cargos não importava, era aleatória. O cargo era composto apenas por dez membros, o que também incide na baixa circulação entre os cargos.

5.6 ENTRADA E PERMANÊNCIA NO CARGO

A (TABELA 12) traz a idade dos políticos na ocasião da entrada no cargo de Senador. A separação das faixas etárias obedece a um critério arbitrário. Mas, que busca captar nuances significativas para testar a experiência, em sentido geral, exigida no recrutamento para o Senado. As categorias foram construídas da seguinte maneira: (40-42 anos); (43-52 anos); (53 -64 anos); (65-75 anos).

TABELA 12 – FAIXA ETÁRIA DOS SENADORES POR GERAÇÃO DE INGRESSO

	<i>Geração de ingresso no Senado</i>	<i>Faixas etárias dos senadores na entrada no Senado</i>				Total
		40-42	43-52	53-64	65-75	
1	N	2	1	1	6	3
	%	6,3	37,5	37,5	18,8	2
2	N	5	1	4	1	2
	%	22,7	54,5	18,2	4,5	2
3	N	5	2	1	3	3
	%	13,2	52,6	26,3	7,9	8
4	N	5	2	1	2	4
	%	11,1	57,8	26,7	4,4	5
5	N	4	1	1	7	3
	%	10,3	43,6	28,2	17,9	9
<i>Total</i>	N	2	8	4	1	1
	%	11,9	49,4	27,8	10,8	7
<i>Missing</i>	N					6
	%					0
						25,4

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BASIL (NUSP/UFPR)

É clara a predominância do grupo que tinha entre 43 e 52 anos no momento de ingresso no cargo. Representando 49,4 % do total. Sendo mais importante na geração 4, significando 60 %. E nunca representando menos de 48 %, exceto na primeira legislatura.

A categoria “53-64” é a segunda mais importante, sendo 27,8 %. Porém, na primeira legislatura, era a mais importante com o valor 37,5 %, empatada com. Nas gerações subsequentes perde relevância, sem deixar de ser a segunda principal categoria: Na Geração 2 foi 20,8 % na 3 28,1 %, na 4 13,3 %. Recupera a relevância na Geração 5, sendo 39,3 %, e na última geração foi 26,7 % do total desta geração. Do total do período imperial, a categoria representa 27,8 %.

Os que entraram no cargo tendo entre 65 e 75 anos são 10,8 % do todo. Tendo maior importância na primeira legislatura e última geração, onde eram, respectivamente, 18,8 % e

20 %.

Os que tinham a idade entre 40 e 42 anos representam 11,9 % do total, mesmo sendo uma categoria com um intervalo pequeno, confirma a dificuldade de novatos em ingressar ao Senado. Esta categoria teve seu máximo de representação na geração 2, onde foi 20,8 %. Nas outras gerações não teve grande expressividade quase sempre menos de 10 %.

A (TABELA 13) explora o tempo que os indivíduos ocuparam o cargo de senador separado por faixas de tempo.

É necessário ponderar o percentual elevado da categoria 0-9 anos na quinta *geração de ingresso ao Senado* (63 %), pois coincide com o fim do Império, deste modo, as carreiras foram encerradas compulsoriamente.

TABELA 13 – TEMPO QUE OCUPOU O CARGO DE SENADOR POR GERAÇÃO DE INGRESSO

<i>Geração de ingresso no Senado</i>	<i>Tempo como senador</i>						<i>Total</i>
	0-9	10-19	20-29	30-39	40-45		
1	N	1	24	1	2	0	52
	%	4	46,2	23,1	3,8	0,0	100
2	N	5	7	1	4	1	28
	%	17,9	25,0	39,3	14,3	3,6	100
3	N	8	14	1	5	2	39
	%	20,5	35,9	25,6	12,8	5,1	100
4	N	1	22	1	4	0	52
	%	3	42,3	25,0	7,7	0,0	100
5	N	2	12	3	2	0	46
	%	9	63,0	26,1	6,5	4,3	100
<i>Total</i>	N	6	79	4	17	3	217
	%	9	31,8	36,4	22,6	7,8	1,4
<i>Missing</i>	N						19
	%						8,1

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR).

Então, desconsiderando o peso ilusório da categoria “0-9”, percebemos que as principais categorias são “10-19” e “20-29” anos. A categoria de “10-19” chegou a 61,7 % na *geração 5* e no total foi a categoria mais importante, representando 36,4 %.

Como a grande maioria dos senadores morriam no cargo estes resultados são reflexos da idade que os políticos entravam no Senado.

5.7 AS OCUPAÇÕES DOS SENADORES ANTES DA CARREIRA POLÍTICA

Na (TABELA 14) exponho a *Ocupação de origem*, primeiro pela *Geração de ingresso ao Senado*.

As ocupações consideradas na categorização são aquelas que concentram individualmente a maior parte dos casos, exceto a categoria “político profissional”, que consta na tabela, a fim de trazer um elemento adicional para a discussão da profissionalização política. Ainda que seja esperado teoricamente que os próprios políticos não se declarassem desta forma, seja pelo desuso da expressão no período, ou seja, pela interpretação daqueles que colheram a informação e preencheram as fichas biográficas. Sendo a intenção definir a ocupação anterior à entrada na carreira política, a impressão é que somente foi atribuído o título de profissional da política àqueles que entraram diretamente na carreira e não exerciam nenhuma outra ocupação.

TABELA 14 - OCUPAÇÃO DE ORIGEM POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO

<i>Geração de ingresso ao Senado</i>	<i>Ocupação anterior à carreira política</i>									
	Advogado	Eclesiástico	Magistrado	Militar	Político	Proprietário Rural	Servidor Público	Outras profissões	Total	
1	N	3	7	7	9	0	7	13	7	53
	%	5,7	13,2	13,2	17,0	0,0	13,2	24,5	13,2	100
2	N	3	5	4	3	1	5	6	1	28
	%	10,7	17,9	14,3	10,7	3,6	17,9	21,4	3,6	100
3	N	4	0	6	4	1	8	1	5	39
	%	10,3	0,0	15,4	10,3	2,6	20,5	8,2	12,8	100
4	N	16	0	5	1	2	8	6	1	53
	%	30,2	0,0	9,4	1,9	3,8	15,1	11,3	28,3	100
5	N	15	1	1	5	3	9	6	1	52
	%	28,8	1,9	1,9	9,6	5,8	17,3	11,5	23,1	100
Total	N	41	13	23	22	7	37	42	4	225
	%	18,2	5,8	10,2	9,8	3,1	16,4	18,7	17,8	100
Missing	N									11
	%									4,7

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

Podemos perceber a importância da categoria “Servidor público”. Representando 18,7 % do total. Nas duas primeiras gerações passaram dos 20 %. Sendo, 24,5 % na primeira, e 21,4 % na segunda geração. Há um decréscimo considerável a partir da terceira geração de ingresso sendo 8,2 % nesta geração, 11,3 % na quarta e 11,5 % na última. A categoria “Magistrado”, que representa 10,2 % do total, foi separada da categoria “Servidor público” por haver entrado na contagem dos cargos políticos. Mas apenas para se ter uma ideia se juntarmos as duas teríamos 28,9 % do total. Isso comprova a tese de Carvalho (2007). De que a burocracia se confundia com o âmbito político. Além disso, é interessante notar, que dentro

da categoria “Servidor público”, provavelmente foram considerados vários cargos no Judiciário. Digo provavelmente, porque este dado já estava agregado na fonte. Impossibilitando saber exatamente de quais cargos eram. Já a categoria “Outras profissões” é fruto da agregação principalmente das ocupações de capitalista, professor e engenheiro. Além de outras de menor importância.

“Advogados” representam 18,2 % do total, sendo a segunda categoria mais importante, quase equiparável a “Servidor público”. Isso confirma a tendência explicitada em Weber. O mais importante de se notar, é que esta categoria tem seu peso aumentado consideravelmente na medida em que avança o período imperial. Na Geração 1, representa 5,7 % do total, passando a ser 10,7 % na geração 2 e 10,3 % na terceira. Mas o grande aumento se dá a partir da quarta geração, onde é 30,2 % do total, e 28,8 % na quinta.

A categoria “Proprietário rural”, como já apontada por toda a historiografia, tem um peso importante, sendo 16,4% do total. E varia pouco com o decorrer do período. A categoria “Militar” no total é 9,8% dos casos. Tendo maior peso na Geração 1 onde era 17 % do total, e decaindo nas outras gerações. Independente se eram ou não políticos profissionais, na fonte pouquíssimos senadores foram classificados como tal, apenas 7 indivíduos, 3,1 % do total.

A literatura sobre a política imperial salienta o fato de que os senadores eram indivíduos que tinham variadas ocupações exercidas simultaneamente (DOLHNIKOFF, 2011). Esta variável aqui é importante, não apenas para testar esta afirmação, mas principalmente porque tem relação com o conceito weberiano clássico de profissionalização, e as condições que idealmente facilitam o ingresso e permanência na carreira política.

Na (TABELA 15), Apresento os senadores que exerciam ocupações simultâneas antes da entrada na política. Primeiro pela *Geração de ingresso ao Senado* .

TABELA 15 – SENADORES QUE EXERCIAM OCUPAÇÕES SIMULTÂNEAS POR GERAÇÃO DE INGRESSO AO SENADO

<i>Geração de ingresso ao Senado</i>	<i>Quantidade de ocupações exercidas simultaneamente</i>			<i>Total</i>
		<i>Exercia apenas uma ocupação</i>	<i>Exercia duas ocupações ou mais</i>	
1	N	1 8	35	53
	%	3 4, 0	66,0	100
2	N	1 1	17	28
	%	3 9, 3	60,7	100
3	N	1 0	29	39
	%	2 5, 6	74,4	100
4	N	8	45	53
	%	1 5, 1	84,9	100
5	N	1 7	35	52
	%	3 2, 7	67,3	100
<i>Total</i>	N	6 4	161	225
	%	2 8, 4	71,6	100
<i>Missing</i>	N			11
	%			4,7

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR)

A análise da quantidade de senadores que antes da política exerceram mais de uma ocupação simultaneamente confirma o que Dolhnikoff (2011) propôs. Existe um padrão em que predomina aqueles que possuíam mais de uma ocupação ao mesmo tempo. Estes são 72,2 % do total. Em todas as gerações de políticos este padrão se confirma.

5.8 OS CASOS DE SENADORES SEM CARREIRA PRÉVIA

Considerando que a grande maioria dos senadores possuiu extensa carreira política antes de chegar ao Senado, e que na fonte, dos 222 senadores (desconsiderando os *missings*) que ocuparam o cargo durante o Império apenas 21 (9, 5 % do total) deste universo não tinha carreira prévia.

Por isso, decidi tratar estes casos de um a um, ainda que não tenham significância estatística, tem importância analítica no sentido de apresentar uma contraprova ao resultado

geral. Para isso recorreu-se a Javari (1962), que se trata de uma lista com informações sobre cargos no Império, organizada no fim do Império pelo Barão de Javari. Não possui o mesmo rigor das fichas do PRODASEN, mas é suficiente para obter a informação de se um senador tinha ou não carreira política previamente ao Senado.

Primeiro foram listados os que realmente não tiveram carreira política antes do Senado, acompanhados de suas ocupações de origem: Ângelo Carlos Muniz, proprietário rural; Estevão José Carneiro da Cunha, Militar. Francisco dos Santos Pinto, Sacerdote. Jerônimo José Viveiros, Proprietário rural. José Caetano Ferreira de Aguiar, Sacerdote. José Joaquim de Carvalho, Médico. Marcos Antonio Monteiro de Barros, Sacerdote. Manuel Inácio de Andrade Souto Mayor Pinto Coelho, não tem carreira prévia ao Senado, mas é um caso peculiar.

Destes oito, três eram sacerdotes, dois proprietários rurais um militar e um médico. Nestes casos, fica a impressão de que as relações íntimas com o Imperador teve um peso decisivo na nomeação. Mas que fique claro que é apenas um palpite, sem grande importância. Já que o mais interessante desta revisão dos casos dos “sem carreira prévia” não são propriamente estes. Pois, pude perceber que na verdade, a maior parte destes indivíduos tinha carreira, porém, a fonte oficial usada na pesquisa carece destes dados. São eles:

Alfredo Maria Adriano D’Escragnolle Taunay, militar; José Rezende Monteiro, advogado. Bento Barroso Pereira, militar; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, magistrado; Pedro José da Costa Barros, militar; Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, proprietário rural; Candido Borges Monteiro, médico; Carlos Carneiro de Campos, político; Felipe Franco de Sá, magistrado; Francisco do Rego Barros Barreto, engenheiro; Frederico de Almeida e Albuquerque, político; José Bonifacio de Andrada e Silva, político; Antonio Diniz de Siqueira e Melo, não consta profissão.

Entre os 14 casos de *missing*, que na fonte apenas consta o nome, estão políticos de carreira, que foram eleitos e nomeados pelo Imperador, mas que ou por motivo de morte, ou pela ocasião do fim do regime, não chegaram a assumir o cargo. Além disso, tem o caso de Dámaso Antonio Larrañaga, que efetivamente foi senador apenas pela província da Cisplatina, que perdeu o mandato quando o território foi desanexado.

O leitor pode perguntar, ora, se tenho estas informações porque não considerei estes casos. A resposta é que essas informações não são confiáveis. Outra pergunta seria porque os casos que não tinham carreiras não foram considerados como *missings*. Como mencionei anteriormente, na fonte os casos que aqui foram *missings* não existia nenhuma informação, a não ser seus nomes, impossibilitando de tratar qualquer variável. No caso dos que não

constavam dados de carreira, quase sempre constava todos os outros dados. Mais importante que isso, é o fato de que na verdade apenas 8 dos 236 senadores não tinham carreiras prévias à chegada ao Senado, o que reafirma os resultados obtidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise estatística de dados de carreira política, esta dissertação procurou responder a questão de se a profissionalização política era uma característica comum entre os senadores brasileiros durante o Império. A ideia inicial foi discutir as relações entre os conceitos de profissionalização, recrutamento e carreira na política. Além do nível de autonomia da esfera política no período frente a outras dimensões do social, ou de um pretense poder autocrático exercido pelo Imperador.

O problema de fundo gira em torno dos tipos ideais weberianos de política: *tradicional* e *moderna*. Que envolve tipos de recrutamento político distintos. Onde vigora a política *tradicional* de cunho *personalista* e *patrimonialista* a escolha é pautada exclusivamente por relações pessoais entre recrutados e recrutadores.

Mas, quando a seleção toma em conta a *expertise* no exercício da atividade política (profissionalismo político) se aproxima mais à política de tipo *moderna*. Onde, ainda que entre os atores existam relações de cunho pessoal, sobrepõem-se um critério de cunho mais racional, o que denota certo grau de autonomia da esfera política frente a outras dimensões do social.

Conforme a historiografia ortodoxa, a hipótese que foi considerada é que a experiência na carreira política era algo pouco valorizado no recrutamento para o Senado no Brasil Imperial, o que significa que havia um baixo nível de profissionalização política entre os senadores, e que o cargo era permeável a novatos e políticos ocasionais.

As teses desta corrente, basicamente, enxergaram o predomínio de outros campos no âmbito estritamente político, seja da burocracia, ou, do poder autocrático do Imperador, ou ainda, do poder econômico dos grandes proprietários rurais - a classe economicamente dominante. Retratando um ambiente político sem nenhuma autonomia onde qualquer tipo de representação política fica anulada.

Como, segundo Weber, o típico político profissional nasce da necessidade de representação política - primeiro, quando de seu surgimento representando o interesse de monarcas no processo de expropriação de meios políticos de detentores privados, e posteriormente nas democracias de massas, onde se tornou uma figura típica, representando os interesses de grupos variados - para esta literatura, falar em profissionalização política no Brasil Imperial é considerado no mínimo um anacronismo.

A respeito desta questão da autonomia do campo político, cabe o questionamento de qual nível de autonomia estamos falando. Afinal, nem mesmos nas democracias

representativas de massas mais desenvolvidas, que teoricamente é o regime propício à formação de uma classe política profissionalizada o Estado deixou de estar fortemente influenciado por poderes externos, seja o poder capitalista ou de instituições religiosas, culturais, etc. Que em grande medida determinam o destino político das sociedades.

Sendo assim, o mais coerente são as interpretações que viram neste sistema político, não um ambiente totalmente autônomo, evidentemente, mas um espaço de negociação entre uma elite agrária conservadora e homens de Estado que visavam o objetivo mais amplo da edificação de um sistema centralizado, mas com fortes vínculos com as diferentes regiões, onde as redes clientelísticas fluíam do Estado para os grupos sociais, e não o contrário (CARVALHO, 2007; DOLHNIKOFF, 2005; FARIA, 2013).

Os resultados da dissertação são fortes indícios de profissionalização política. Ainda que as especificidades do objeto restrinjam a operacionalização de muitas variáveis passíveis de mensuração e que compõem o conceito, de certa forma impedindo uma resposta categórica, estes achados permitem pelo menos relativizar a hipótese.

O principal achado da pesquisa é que a carreira política dos indivíduos que alcançaram o cargo de senador no Brasil Imperial (anterior ao Senado) obedecia a um padrão bem definido. Eram carreiras longas em termos de tempo, já que na média chegavam ao cargo com mais de 16 anos de experiência e tendo ocupado mais de 14 cargos. Além disso, a maioria tinha experiência nos três esferas de poder: municipal, provincial e Império passando por cargos tanto por cargos de nomeação quanto cargos eletivos.

Durante todo o período apenas 8 indivíduos em um universo de 236 senadores chegaram ao cargo sem experiência política alguma. No decorrer do período houve um grande incremento no nível de experiência destes políticos, não necessariamente proporcional à passagem do tempo como se esperava. O motivo é que o advento do Império não parte de uma total ausência de institucionalização política, uma maioria de políticos com grande experiência já estava presente desde a primeira legislatura. O interessante deste achado é que sugere uma continuidade entre ocupantes de cargos políticos na Colônia, influenciando na precoce institucionalização do cargo senatorial. Com relação à abertura a políticos novatos, apenas no início do período houve uma pequena abertura.

A passagem por cargos eletivos claramente era parte importante do caminho que conduziu estes políticos até o Senado. Um alto percentual (30,8 %) já debutava em cargos eletivos, e a parcela maior, até o terceiro cargo da carreira já tinha passado por um destes postos. Apenas 11,8 % passaram apenas por cargos de nomeação.

Havia uma grande circulação entre os cargos que compunha a elite política segundo Carvalho (2007): Ministros, Deputados Gerais, Presidentes de Província e Conselheiro de Estado. Com destaque para o cargo de Deputado Geral, ocupado em algum momento da carreira pela maioria dos senadores. Este também foi ao mesmo tempo, o cargo pelo qual a maioria dos senadores debutou na carreira, e o último cargo que a maioria ocupou imediatamente antes de chegar ao posto de senador. O cargo de Juiz de Paz (cargo eletivo de nível municipal) se revelou outra importante porta de entrada na carreira dos senadores.

Com relação a hipótese de que haveriam diferenças marcantes nos perfis de carreira dos políticos de diferentes regiões, isso não se confirmou. O padrão era basicamente o mesmo para políticos de todo o Brasil. O que de certa forma, reafirma a tese de Carvalho (2007) de que haveria uma unificação de valores e comportamentos da elite imperial como um todo.

Confirmando a hipótese de Dolhnikoff (2011), foi observado que grande parte realmente tinha mais de uma ocupação antes da entrada na política. Com uma alta concentração de advogados e magistrados. Este primeiro grupo, tendo significativa e crescente importância no decorrer das gerações de ingressantes. Enquanto o segundo teve grande peso inicial, e sua importância diminuída no decorrer do regime. O que está relacionado com a tese de Carvalho (2007), onde nos termos weberianos, os juristas estão para as monarquias absolutistas como os advogados estão para as democracias liberais. Ou seja, estes resultados refletem o processo de transição de um regime mais centralizado na figura do monarca a um regime que vai aos poucos pulverizando o poder político.

O fato dos senadores terem múltiplas ocupações anteriores, não significa que continuaram exercendo-as juntamente com a política. Isso, os dados não permitem responder. Mas, um elemento adicional que pode lançar alguma luz na questão, é o fato da grande maioria dos políticos ter falecido residindo na capital do Império, o que denota que em grande medida abdicavam da sua vida no local de origem para se dedicarem ao cargo. Algo que foi percebido na tabulação dos dados é o quanto era comum ocupar cargos em variados pontos do território. Os resultados mostram ainda, que a carreira parlamentar senatorial e a deputação estavam relacionadas, o que nos sugere uma especialização específica para cargos legislativos.

O conceito de profissionalização comporta diversas variáveis, e o caminho para estabelecê-las deve ser por meio da comparação da atividade política com outras atividades produtivas. Parte da literatura sobre profissionalização entendeu a partir de Weber que o profissional político de ter na política sua única fonte de renda, e se dedicar à política de modo contínuo e integral.

O critério da renda exclusiva, o famoso “viver *da* política”, se revelou insuficiente, pois supõe implicitamente, que indivíduos que se dedicam à política de forma continuada, mesmo nos dias de hoje, mas que não dependem do salário para sobreviverem, não devem ser enquadrados na categoria profissional, coisa que a maioria destes mesmos estudos vem passando por cima. Geralmente, se contentam com a análise da carreira, ou com a autodeclaração, em que o político se reconhece como profissional, ou ainda, enquadram aqueles que nunca tiveram outra ocupação como político.

Em outras palavras, os mesmos estudos que estão levantando este critério teórico, estão deixando de operacionalizá-lo empiricamente, sem apresentarem justificativas. Provavelmente, isso se dê pela dificuldade em saber o quanto a questão material é importante para a manutenção destes indivíduos na política.

No Brasil Imperial esta dificuldade é ainda mais pungente, pois as restrições à cidadania fazia com que houvesse inúmeras possibilidades de renda para os que estavam aptos a entrar na política. Além disso, por este critério não poderíamos também, admitir que indivíduos -em qualquer tipo de atividade produtiva- fossem classificados como tendo duas ou mais profissões.

De um modo um pouco confuso, Weber procura expor que o critério essencial para definir o profissional político é que este participe da política de modo contínuo e integral. E é por isso que mesmo de forma pedestre, a análise da carreira política indica o nível de profissionalização política de um determinado grupo.

A percepção de Dolhnikoff (2011) é muito útil para refletirmos o tema da profissionalização política para o período, e afastar a crítica de anacronismo. A autora entendeu que o ideal de representação política no período obedecia a outros valores, de modo que todos os argumentos levantados pela literatura para defender a inexistência de representatividade, como escravidão, voto censitário, etc., estavam de acordo com o imaginário político da época. Assim sendo, se havia outro tipo de representação política - lembrando que é a condição básica para o profissionalismo político - não pode ser que havia também outro tipo de profissionalização política, de acordo com o contexto da época?

E para finalizar, coloco a seguinte questão: não seria que a profissionalização de qualquer atividade depende da existência de determinado nível de institucionalização, suficiente para que gere autonomia -material e simbólica- de outros meios ocupacionais, e benefícios -simbólicos e materiais- aos que se interessem, e consigam monopolizar o direito legitimado pelo Estado de exercê-la? Onde este “monopólio” não deve ser confundido com o de um *estamento*, já que profissionais são especialistas com treinamento acadêmico, ou não,

dependendo da natureza da atividade, ou seja, um critério *racional-legal*, e não *tradicional*. E por isso, típico de Estados modernos, independente do regime político?

REFERÊNCIAS

BARMAN, R. **Brazil. The forging of a nation (1798-1852)**, Stanford, Stanford University Press, 1988.

BLACK, G. A. Theory of Professionalization in Politics. **The American Political Science Review**, v. 64, n. 3, pp. 865-878, 1970.

BOLOGNESI, B. **Candidatos e eleitos - o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006**, 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BOLOGNESI, B. e MEDEIROS, P. Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil (2010) **Paraná Eleitoral**, v. 3 n. 2, pp. 99-124, 2014.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**, v.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997

COSTA, L. D. **Os Representantes dos estados no Congresso - composição social e carreira política dos Senadores brasileiros (1987-2007)**. Campinas, 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

COSTA, L. D. e CODATO, A. Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010, In: **8º encontro ABCP**, Gramado, agosto, 2012

CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment. In: F. I. GREENSTEIN e N. W. POLSBY (eds.). **Micropolitical Theory**, Handbook of Political Science. vol. 2, Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, pp. 155-242, 1975.

DOGAN, (1999) DOGAN, Mattei. Les Professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel (dir.). **La Profession politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999.

DOLHNIKOFF, M. O lugar das elites regionais. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, pp. 116-133, 2003.

_____. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**, São Paulo: Globo, 2005.

_____. Representação política no Império. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, pp.1-32, 2011.

_____. A monarquia constitucional brasileira e o modo de governo representativo dos oitocentos. In: **XXIX Semana de História da UFJF**. Texto especial para a mesa de debates, 18 de maio de 2012.

_____ Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do Século XIX. **Journal of Iberian and Latin American Research**, Vol. 20, pp. 66-82, 2014

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**, 7a. ed., Rio de Janeiro, Globo, 1987 .

FARIA, V. Eleições no Império: Considerações sobre representação política no segundo reinado. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, julho de 2013.

FIORINA, M. **Congress: Keystone of the Washington Establishment**, CT: Yale University Press, 1997.

GIDDENS, A. Preface; e Elites in the British class structure. In P. STANWORTH, P. & GIDDENS, A. (eds.). **Elites and Power in British Society**. Cambridge, Cambridge University Press, p. ix-xiii e p. 1-21, 1974.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOLANDA, S. **Do Império à República. História geral da civilização brasileira**, 4a. ed., São Paulo, Difel, T.II, V.5o., p. 73, 1975.

JAVARI, B. de. **Organizações e Programas Ministeriais**. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1962.

KING, A. The rise of the career politician in Britain and its consequences. **British Journal of Political Science**, v. 2, p. 249-85, 1981.

LAMOUNIER, B. **Da Independência a Lula**. SP, Augurium Editora, p. 43, 2005.

LEITE, B. **O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889 vol. 2**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1978.

LEONI, E. et. al. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.9, n.1, p.44-67, 2003.

MARTINS, M. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **TOPOI**, v. 7, n. 12, pp. 178-221, 2006.

MASSIA, 2013 MASSIA, L. **A Profissionalização política do poder executivo estadual - uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Rio grande do Sul, 2013.

MASSIMO, L. e COSTA, L. D. Aumentando o campo para jogar: circulação política entre Senadores brasileiros durante a Primeira República. In: **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**, de 27 a 31 de outubro, em Caxambu, Brasil, 2014.

NEIVA, P. e IZUMI, M. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29 n. 84, pp.165-188, 2014.

OLIVEIRA, M. A Política como profissão. **Uma análise de circulação parlamentar na Câmara de Deputados - (1946-2007)**, 141p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____ A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 44, p. 11-30, Curitiba, 2010

PERISSINOTTO, R e VEIGA, L. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 20, n. 1, pp. 49-66, 2014.

PERISSINOTTO, R. e MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, n.2, p.301-333, 2009.

PEDERSEN, M. The Danish Folketing, 1849-1968. In: AYDELLOTE, W.O. (ed.) **The History of Parliamentary Behavior**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

RHODE, D. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto, pp. 209-236, 2012.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____ **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006

SALGADO, E. O processo eleitoral no Brasil Império. **Paraná eleitoral**, Curitiba, 2003.

SARTORI, G. Concept Misformation in Comparative Politics. **The American Political Science Review**, v.64, n.4, pp.1033-1053, 1970.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, 2011, pp. 115-137.

SCHLESINGER, J. A. **Ambition and politics: political careers in the United States**, Chicago: Randy McNally, 1966.

SCHWARCZ, L. Um debate com Richard Graham ou “com estado mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 53-74, 2001.

VARGAS, J. M. “Um negócio entre famílias”. A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: **História social de elites**, (Org.) Flavio M. Heinz. – São Leopoldo: Oikos, 2011.

WEBER, M. **Ensayos de sociología contemporánea I**. Barcelona: Planeta- De Agostini, 1985.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARGOS ENCONTRADOS CONSIDERADOS NA CARREIRA PRÉVIA DOS SENADORES

Administrador dos Direitos de Exportação	Diplomata	Juiz de Direito Municipal e de Órfãos
Advogado do Conselho do Estado	Diretor da Alfândega	Juiz de Feitos da
Almirante de Esquadra	Diretor da Cia. Brasileira Torrens	Fazenda Juiz de Fora
Auditor da Guerra	Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II	da Câmara Juiz de
Auditor das Tropas da Corte e da Província	Diretor da Faculdade de Medicina da Corte	Fora da Comarca Juiz de Fora da Corte Juiz de Fora do Termo
Auditor Geral da Marinha	Diretor da 'Gazeta Oficial' do Império	Juiz de Órfãos
Auditor-geral das Tropas do Exército Pacificador	Diretor da Repartição de Estatística	Juiz de Paz
Catedrático da Academia Militar	Diretor de Instrução Pública do Ceará	Juiz de Vara da Vila Juiz do Civil
Militar Censor Régio da Imprensa	Chanceler da Secretaria da Justiça	Juiz do Crime da Corte Juiz do Crime da Província
Relação	Diretor do Banco do Brasil	Juiz dos Feitos da Fazenda Nacional
Chanceler e Regedor da Casa de Suplicação	Diretor-geral das Terras Públicas	Juiz Especial do Comércio
Chefe da Seção da Secretaria dos Negócios do Império	Diretor-geral do Tesouro	Juiz Municipal de Órfãos do
Chefe de Polícia da Corte do Império	Embaixador Fiscal do Banco do Brasil	Termo
Chefe de Polícia da Província	Fiscal e Superintendente da Junta	Juiz Municipal e de Órfãos
Comandante da Guarda Nacional	Fiscal Interino da Junta dos Arsenais, Fábricas e Fundições	Juiz Relator do Conselho Supremo Militar
Comandante de Regimento de Linha	Governador das Armas da Corte	Lente de Medicina da Faculdade de Medicina da Corte
Comandante Superior da Guarda Nacional	Governador das Armas da Província	Médico da Câmara Imperial
Comissário do Governo Imperial	Inspetor da Alfândega na Corte	Membro da Comissão de Estatística do Imperador
Junto ao Instituto dos Meninos Cegos	Inspetor da Casa de Fundição	Membro da Comissão de Liquidação do Primeiro Banco do Brasil
Conselheiro da Fazenda	Inspetor da Fábrica de Pólvora da Estrela	Membro da Junta do Governo
Conselheiro de D. Pedro II	Inspetor da Fazenda Geral	Membro da Primeira Junta do Governo Provisório da Província
Conselheiro de Estado	Inspetor da Tesouraria Provincial	Membro da Primeira Junta Governativa Provisória
Honorário	Inspetor de Algodão	Membro do Conselho Administrativo
Conselheiro de Guerra	Inspetor-geral da Caixa de Amortização	Membro do Conselho Administrativo da Província
Conselheiro do Erário Régio	Intendente da Marinha	Membro do Conselho Direto da Instrução Pública
Consultor do Ministério do Império	Intendente do Ouro da Corte	Membro do Conselho Geral da Província
Contador Geral do Tesouro	Intendente do Ouro Provincial	Membro honorário da British and Foreign anti-slavery
Coronel da Guarda Nacional	Intendente dos Diamantes	
Corregedor da Ilha da Madeira	Intendente Geral da Polícia	
Corregedor da Justiça	Intendente-geral das Minas	
Corregedor do Crime da Corte	Juiz Conservador da Companhia de Vinhos do Alto Douro	
Curador-geral dos Órfãos	Juiz Conservador da Nação Inglesa	
Delegado de Polícia	Juiz Conservador dos Ingleses	
Deputado às Cortes Portuguesas	Juiz Criminal	
Deputado da Real Junta do		

<u>Comércio</u>	<u>Juiz da Alfândega</u>	<u>society, de Londres</u>
Deputado de Agricultura da Mesa	Juiz da Primeira Vara Cível	Ministro Adjunto do Conselho do Supremo Tribunal Militar

de Inspeção	Juiz da Primeira Vara do Crime da Corte	Ministro Agricultura, Comércio e Obras Públicas
Deputado Geral	Juiz das Sesmarias da Província	Ministro da Agricultura
Deputado Provincial	Juiz de Alfândegas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina	Ministro da Agricultura, Fábricas e Navegação
Desembargador da Casa da Suplicação	Juiz de Direito	Ministro da Fazenda do Império
Desembargador da Casa da Suplicação Fiscal do Erário Régio	Juiz de Direito da Câmara Ouvidor da Comarca Ouvidor da Província Ouvidor do Crime Prefeito	Ministro da Guerra Ministro da Justiça
Desembargador da Mesa da Consciência	Presidente da Junta Governativa	Procurador Fiscal do Tesouro do Império
Desembargador da Província Desembargador da Relação	Presidente da Mesa do Desembargo do Paço	Procurador-geral da Província
<u>Ministro da Marinha</u>	Presidente da Relação da Corte	<u>Professor da Academia de Marinha</u>
Ministro das Relações Exteriores Ministro do império	Presidente de Província	Professor da Escola Militar Promotor Público
Ministro do Império dos Negócios Estrangeiros	Presidente do Banco do Brasil	Provedor da Fazenda, dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas
Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	Presidente do Conselho de Ministros	Provedor da Santa Casa de Misericórdia
Ministro do Supremo Tribunal Militar	Presidente do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura	Provedor de Saúde da Província
Ministro dos Estrangeiros Ministro dos Negócios da Justiça	Presidente do Montepio Agrícola Presidente do Montepio de <u>Economia dos Servidores do Estado</u>	Regente <u>Servidor Público</u>
Ministro dos Negócios do Império do Brasil	Presidente do Primeiro Conselho Geral da Província	Substituto do Juiz de Direito Municipal
Ministro dos Negócios Estrangeiros	Presidente do Tribunal de Contas da União	Superintendente Geral dos <u>Contrabandos</u>
<u>Ministro Plenipotenciário</u>	Presidente do Tribunal de Relação Primeiro Juiz da Comarca Procurador da Coroa	<u>Suplente de Juiz de Paz</u> Suplente do Conselho Geral da Província
Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino	Procurador dos Feitos da Fazenda Procurador Fiscal da Fazenda Nacional	Tesoureiro da Real Imprensa
Oficial de Exército (general Brigadeiro)	Procurador Fiscal da Tesouraria da Procurador Fiscal do Tesouro da Província	Tesoureiro do Tribunal do Arsenal do Exército
Oficial de Gabinete do Ministro da Marinha do Sexto Gabinete do Segundo	Juiz de Direito da Comarca	Tesoureiro Pagador Das Tropas
Oficial de gabinete do Presidente da Província de São Paulo	Juiz de Direito da Segunda Vara do Crime	Vereador
Oficial -Maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino Ouvidor	Juiz de Direito Substituto	Viador da Casa Imperial
Desembargador do Paço		<u>Vice-presidente de Província</u>
Desembargador Geral da Educação Primária e Secundária da Corte		Vice-presidente do Tribunal do Tesouro

FONTE: OBSERVATÓRIO DE ELITES POLÍTICAS E SOCIAIS DO BRASIL (NUSP/UFPR).